

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA
LINHA: TRABALHO E MOVIMENTOS SOCIAIS
FLAVIANO JOSÉ RODRIGUES SILVA**

**ONGs: As transformações do Estado brasileiro e a
terceirização do serviço público.
A REALIDADE DO NAPCI (NÚCLEO DE APOIO AO PORTADOR
DE CÂNCER DE ITUMBIARA) – (2002 - 2012).**

**Uberlândia
2016**

FLAVIANO JOSÉ RODRIGUES SILVA

ONGs: As transformações do Estado brasileiro e a terceirização do serviço público.

A REALIDADE DO NAPCI (NÚCLEO DE APOIO AO PORTADOR DE CÂNCER DE ITUMBIARA) – (2002 - 2012).

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal de Uberlândia como requisito necessário à obtenção do Título de Mestre em História Social.

Área de concentração: História Social

Orientadora: Profa. Dra. Dilma Andrade de Paula

**Uberlândia
2016**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

S586o Silva, Flaviano José Rodrigues, 1990-
2016 ONGs : as transformações do Estado brasileiro e a terceirização do serviço público. A realidade do NAPCI (Núcleo de Apoio ao Portador de Câncer de Itumbiara) - (2002 -2012) / Flaviano José Rodrigues Silva. - 2016.

78 f. : il.

Orientadora: Dilma Andrade de Paula.

Dissertação (mestrado) -- Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em História.

Inclui bibliografia.

1. História - Teses. 2. História social - Itumbiara (GO) - Teses. 3. Organizações não-governamentais - Itumbiara (GO) - História - Teses. s. I. Paula, Dilma Andrade de. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

CDU: 930

FLAVIANO JOSÉ RODRIGUES SILVA

ONGs: As transformações do Estado brasileiro e a terceirização do serviço público.

A REALIDADE DO NAPCI (NÚCLEO DE APOIO AO PORTADOR DE CÂNCER DE ITUMBIARA) – (2002 - 2012).

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal de Uberlândia como requisito necessário à obtenção do Título de Mestre em História Social.

Área de concentração: História Social

Resultado: _____

Data de aprovação: _____

Professora Dra. Dilma Andrade de Paula (Orientadora)

Universidade Federal de Uberlândia

Dra. Gisélia Maria Campos Ribeiro

Instituto Federal de Goiás/Campus Itumbiara

Dr. Sergio Paulo Morais

Universidade Federal de Uberlândia

AGRADECIMENTOS

Acredito que esta é a parte mais difícil desde o início de minha caminhada na vida acadêmica, porém foram tantas as pessoas que me ajudaram a trilhar este caminho que o fato de ter chegado ao fim reafirma ainda mais a realidade de que não estive sozinho por todo esse tempo. Desse modo, agradeço inicialmente a Deus que ofereceu forças nos momentos mais duros desta minha jornada.

Quero aproveitar a oportunidade para agradecer a todos os professores que tive desde meu primeiro dia de aula, pois sem eles jamais poderia ter chegado nesta etapa de minha vida intelectual. Nesse ensejo, agradeço ao professor Júlio César Meira, que foi meu orientador ainda na graduação, na Universidade Estadual de Goiás, e que teve papel fundamental, pois a partir de suas orientações minha monografia tornou-se, após contribuição de muitos da UFU, uma dissertação.

Agradeço veementemente a todos os meus ilustres professores da linha de pesquisa “Trabalho e Movimentos Sociais” do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Uberlândia, que sempre me motivaram à pesquisa e ao pensar crítica, social e politicamente.

De forma bastante especial, agradeço à professora Dilma Andrade de Paula pela paciência nas orientações e nas horas de dificuldade, sempre buscando me proporcionar melhor entendimento sobre as questões políticas e sociais nas quais estamos inseridos. Professora Dilma, só posso lhe oferecer respeito, admiração e gratidão.

Aproveito o ensejo para também demonstrar minha gratidão à professora Maria Marly, que foi minha professora de redação no ensino médio e responsável por parte significativa de meu sucesso acadêmico. A senhora, professora, o meu muitíssimo obrigado.

A toda equipe do NAPCI, aos jornais *Folha de Notícias* e *O Regional* e ao secretário municipal de saúde Adriano Martins, meus sinceros agradecimentos por terem contribuído diretamente para com o andamento deste trabalho.

Também agradeço aos meus amigos que tiveram a sabedoria de entender minhas agruras e minhas horas de ausências, as visitas canceladas, telefonemas não retornados, enfim a todos vocês dedico minha amizade e sentimento profundo de gratidão.

Não poderia me esquecer de agradecer à minha família: meus pais Carlos e Roneide, e minha irmã Viviane, meus maiores motivadores, alicerces nos momentos mais árduos deste trabalho.

Agradeço de coração à minha linda e meiga namorada Renata que, nas horas de ausência, soube entender o momento pelo qual estava passando. Agradeço-lhe, Renata, pelo acompanhamento nos dias que tinha que ir às orientações e você prestativamente me acompanhou. Fizemos mestrado juntos, na vida, no relacionamento, enfim, a você todo meu amor.

Quero agradecer, também, ao Sistema de Ensino Gabarito, na pessoa de Miriam Gotardo que sempre colaborou com minha agenda na Universidade Federal de Uberlândia. Muito obrigado.

Ao observar o caminho trilhado até aqui, fica em mim a sensação de mais um dever cumprido, mas que também há muito caminho a ser percorrido.

RESUMO

Essa pesquisa consiste em abordar as transformações do Estado, ou melhor das reformas dos Aparelhos do Estado. Buscamos entender as deficiências dos serviços públicos de atendimento à saúde e a abertura para a Sociedade Civil, por meio da atuação de ONG (Organização Não Governamental). Nesse sentido, também foram observadas as alterações na forma de atuação das ONGs para se legitimarem, diante da população, do setor privado e das próprias agências estatais, a fim de permanecerem desempenhando as funções que seriam de responsabilidade estatal. Essas transformações na maneira de atuar das instituições filantrópicas evidenciam o seu desejo de manter-se de “portas abertas”, para continuarem a receber seus subsídios estatais e empresariais. Realizou-se um estudo de caso, a partir da trajetória do Núcleo de Apoio ao Portador de Câncer, de Itumbiara-GO (NAPCI), e menos pormenorizadamente, de outras duas associações: a Associação de Apoio a Criança com Câncer (AACC) e a Associação dos Portadores de Doenças Especiais (APDE), somente para fornecer uma ideia de conjunto de entidades municipais que também lutam por continuar prestando atendimento e galgando subsídios. A pesquisa constituiu-se de entrevistas orais e de documentação encontrada no NAPCI, além da imprensa local.

Palavras-chave: Reforma do Estado e ONG. Atendimento a portadores de câncer. Itumbiara-GO

ABSTRACT

This research is to address the state changes, or rather the reforms of the state apparatus. We try to understand the shortcomings of public health care services and the openness to civil society, through the work of NGOs (Non Governmental Organization). In this sense, the changes were also observed in the form of operation of NGOs to legitimize themselves before the public and the private sector and own state agencies in order to continue to perform the functions that would be the state's responsibility. These transformations in the way of work of charities demonstrate their desire to remain "open door" to continue to receive their state and corporate grants. A case study will be carried out from the trajectory of the Center for Support Cancer holder of Itumbiara-GO (NAPCI), and less detail, two other associations: the Association to Support Children with Cancer (AACC) and Association of Special Disease Carriers (EDPS), only to give an idea set by municipalities who are also fighting to continue providing assistance and climbing subsidies. The research was constituted of oral interviews and documentation found in the NAPC, besides the local press.

Keywords: Reform of the State and NGOs. Care for cancer patients. Itumbiara-GO.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	09
1 SUS: “UMA TENTATIVA DE PLURALIDADE E DEMOCRACIA SAUDÁVEIS”	16
2 NAPCI: UMA EXPERIÊNCIA SOCIAL EM ITUMBIARA.....	35
HISTÓRICO DO MUNICÍPIO E ORGANIZAÇÃO ECONÔMICA ATUAL.....	35
A ORGANIZAÇÃO DO SETOR DE SAÚDE EM ITUMBIARA E O NAPCI.....	52
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	74
REFERÊNCIAS.....	75

APRESENTAÇÃO

A discussão desenvolvida neste trabalho tem como principal objetivo entender a atuação de algumas entidades sociais, no sentido de continuarem a oferecer serviços à população mais carente, ampliando sua gama de atendimentos para continuarem recebendo subsídios tanto de origem pública quanto estatal.

Para isso, realizo o estudo de caso baseado na trajetória do NAPCI – Núcleo de Apoio ao Portador de Câncer de Itumbiara, que surgiu no ano de 2002, a partir da angústia de algumas pessoas portadoras de câncer (CA), que necessitavam de tratamento oncológico, para o qual o Sistema Único de Saúde – SUS, não disponibilizava ao município de Itumbiara.

A instituição foi criada com o intuito de oferecer o transporte gratuito à Goiânia-GO e a Barretos – SP, entretanto a entidade, com o passar do tempo, passou a incorporar novas atribuições, como: agendar consultas, atendimento psicológico, oferecer mantimentos, bem como outras formas de assistência social.

Diante dessas constatações, percebi que o NAPCI, ao aumentar o número de atividades oferecidas à população, apresenta relativo interesse em continuar recebendo os montantes públicos, isto é, a instituição quer manter atuação em diversos setores para continuar recebendo apoio econômico.

Não apenas no Brasil, mas em vários países do mundo, as ONGs prestam uma infinita variedade de atendimentos e nos mais distintos segmentos. Sob esse prisma, a pesquisa atentou, com maior ênfase, para as Organizações Não Governamentais que atuam na área de saúde.

Assim como o NAPCI, outras ONGs – Organizações Não Governamentais, como por exemplo, a AACC (Associação de Apoio à Criança com Câncer) e a APDE (Associação dos Portadores de Doenças Especiais), oferecem serviços com o mesmo intuito de continuar angariando verbas mantenedoras de suas atividades. Atividades estas que deveriam ser de caráter finito.

O objetivo de apresentar outras instituições, as quais também buscam permanecer em plena atividade continuando a receber dinheiro público e privado, é transmitir uma ideia de que há outras instituições buscando o mesmo que o NAPCI, manter-se de “portas abertas”.

As ONGs se utilizam dessa oportunidade e possibilidade para ganhar cada vez maiores destaques sociais, tornando-se, assim, as maiores beneficiadas pelos subsídios estatais e particulares (governos, comércios, indústrias...), enquanto a população fica com a omissão do governo.

Para fortalecer a proposta exposta nos parágrafos acima, procurei recolher fontes que proporcionassem o entendimento dessas “brechas” que permitem, com a anuência do Estado, o aumento do serviço das ONGs o que lhes conferem muito prestígio social.

É importante ressaltar ainda que as fontes desta pesquisa não foram tratadas como meras informações, mas como registros que nos ofereçam o entendimento das práticas e dos enfrentamentos sociais aqui presentes.

Utilizei, na pesquisa, jornais, revistas, sites e narrativas orais, as últimas pelo fato de estar lidando com pessoas, sujeitos sociais. Para tanto, procurei entender melhor o assunto sobre narrativas orais. Dentro dessa perspectiva, Alessandro Portelli destaca que:

A história oral e as memórias, pois, não nos oferecem um esquema de experiências comuns, mas sim um campo de possibilidades compartilhadas, reais ou imaginárias. A dificuldade de organizar estas possibilidades em esquemas compreensíveis e rigorosos indica que, a todo momento, na mente das pessoas se apresentam diferentes destinos possíveis. Qualquer sujeito que percebe estas possibilidades a sua maneira, e se orienta de modo diferente em relação a elas. Mas esta miríade de diferenças individuais nada mais faz do que lembrarnos que a sociedade não é uma rede geometricamente uniforme como nos é representada nas necessidades abstrações das ciências sociais, parecendo-se mais com um mosaico, em que cada fragmento (cada pessoa) é diferente dos outros, mesmo tendo muitas coisas em comum com eles, buscando tanto a própria semelhança como a própria diferença. É uma representação do real mais difícil de gerir, porém parece-me ainda muito mais coerente, não só com o reconhecimento da subjetividade, mas também com a realidade objetiva dos fatos.¹

Desde o início, os sujeitos escolhidos para dialogar eram os portadores de CA – Câncer - que gozavam dos serviços oferecidos pelo NAPCI e os funcionários da instituição. Entretanto, para melhor compreensão desse “campo de possibilidades” sugerido por Portelli, entrevistei também outro grupo social, vereadores da época que participaram da aprovação do projeto NAPCI – Núcleo de Apoio ao Portador de Câncer

¹ PORTELLI. Alessandro. A Filosofia e os Fatos. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. Tempo, Rio de Janeiro, n.2, p. 8-9, dez./1996. Disponível em: http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg2-3.pdf. Acesso em: jun. 2016.

de Itumbiara –, para identificar e problematizar os grupos sociais em questão, a população pobre e desprovida de tratamento médico-oncologista, os funcionários do NAPCI e a vereança do momento.

O surgimento de Organizações Não Governamentais em Itumbiara-GO está intrinsecamente ligado à ausência de serviços públicos especializados no tratamento de câncer. Segundo afirma o Sr. Fernando Andrade:

O NAPCI foi fundado em 2002 e foi uma das melhores coisas que foi feito em Itumbiara. Quantas e quantas vezes, nós vereadores tínhamos que comprar rifas para ajudar determinada pessoa para viajar pra Goiânia ou pra Barretos, tínhamos que dar a prenda da rifa, organizar almoço beneficente, enfim. Eu mesmo, já levei muitas pessoas pra Barretos com meus próprios recursos, meu carro, abastecia o carro, pagava refeição. Após a fundação do NAPCI, os pacientes tinham um órgão para recorrerem. Quando o NAPCI surgiu, eu era Presidente da Câmara Municipal de Itumbiara e votei a aprovação do projeto.²

Na fala de Fernando Andrade em entrevista, pude perceber que o NAPCI aliviou tanto os problemas dos portadores de CA, quanto dos parlamentares da época. Constatei que as pessoas se movimentavam de diversas maneiras, realizando rifas, jantares e almoços beneficentes a fim de angariar dinheiro para o tratamento que é muito dispendioso. Os parlamentares, por sua vez, não tiveram mais a necessidade de fazer doações, evidenciando a omissão com o bem-estar da população.

A realização de rifas nos indica que a população era desprovida de recursos para conseguir tratamento, as pessoas não possuíam veículos, não tinham dinheiro para passagem de ônibus e nem mesmo para alimentação. Essa tensão social entre os portadores de CA e os gestores do referido período, denota o sofrimento daqueles pela doença, miséria e as privações, por exemplo, não ter condições de realizar o tratamento.

Outro vereador da gestão 2000/2004 entrevistado foi Valdeir Oliveira de Jesus, mais conhecido como Valdeir Enfermeiro, que faz jus à formação acadêmica do legislador, um dos motivos que me instigou ao diálogo, pois se tratava de um parlamentar formado na área de saúde.

² ANDRADE, Fernando. Fernando Andrade. Depoimento [julho. 2015]. Entrevistador: Flaviano José Rodrigues Silva. Itumbiara: Casa do entrevistado. Entrevista concedida ao projeto de pesquisa.

O entrevistado relatou, em nossa conversa, que também participou da votação do Projeto NAPI e afirmou que esse fato contribuiu para reduzir seus votos pela metade, como se observa a seguir:

A criação do NAPI foi motivo de muitas discussões no Palácio 12 de Outubro, porque muitos de nós que éramos funcionários da Secretaria de Saúde, como eu fui, ficávamos condoídos com a situação de muitas pessoas que precisavam do tratamento oncológico. Eu levei umas 350 pessoas um ano antes de me candidatar a vereador, eu nem era filiado ao PC do B ainda. Boa parte de meus votos obtive com esse tipo de serviço. Com a aprovação do NAPI, eu deixei de levar muitas pessoas pra Barretos ou pra Goiânia... Já levei até em Anápolis. E com isso, meus votos e os votos de outros colegas vereadores que foram funcionários da Saúde, caíram quase que pela metade. Eu sabia disso. Tanto é verdade que no pleito de 2000, obtive 1974 votos e em 2004, consegui ser reeleito com pouco mais de 1000 votos. 1054 para ser mais exato. Alguns amigos de mandato não compareceram no dia da votação para não ter que votar contra. Hoje o máximo que faço é pedir pro seu Itamar para conseguir uma vaguinha para alguém que me pede ajuda. Mesmo assim votei a aprovação do projeto.³

Na fala de Valdeir Enfermeiro pude notar que a criação do NAPI beneficiou muitas pessoas que não precisaram mais passar por situações desagradáveis, por exemplo, ter que pedir para alguém de melhor posse ajuda financeira para realizar o tratamento.

Em contrapartida, ao mencionar que houve muita discussão no Palácio 12 de Outubro (Câmara Municipal de Itumbiara), evidenciou-se que o vereador em questão, bem como outros vereadores que também atuaram como funcionários da Saúde Pública de Itumbiara, foram prejudicados com a aprovação da Lei de criação do NAPI, uma vez que seus votos caíram significativamente.

Percebi com isso, que o jogo de interesses que permeia o NAPI está para além das pessoas carentes que necessitam de suas atribuições, mas se faz presente também em discussões entre grupos políticos que comprometem mandatos, eleições e reeleições.

A entidade analisada neste trabalho mostrou-se, em cunho pejorativo, significativo “curral de votos” em Itumbiara para alguns políticos, uma vez que aos vereadores restam apenas assediarem o presidente da instituição para conseguirem agendamentos de consultas e traslado às cidades que oferecem tratamento.

³ ANDRADE. Fernando. Fernando Andrade. Depoimento [out. 2015]. Entrevistador: Flaviano José Rodrigues Silva. Itumbiara: Casa do entrevistado, 2015. Entrevista concedida ao projeto de pesquisa.

Assim como optei por ouvir algumas pessoas, além das narrativas orais, este trabalho também explorou jornais e revistas do município de Itumbiara, uma vez que a imprensa constitui um terreno fértil para a escrita da história, como destaca a professora do Programa de Formação Continuada de Professores da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, Gislania Carla P. Kreniski:

Através dos periódicos podemos desvendar o social, o político, o econômico e dentro de um pré-determinado para estudo e os agentes participantes do processo social, ainda é possível percebermos seu papel na construção dos imaginários e memórias sobre a história. 4

Apesar da importância da imprensa para a escrita da história, é fundamental submeter à crítica o que está sendo divulgado pelos jornais, periódicos e revistas em geral, pois há interesses políticos, econômicos e sociais em cada edição publicada. Nesse sentido, cabe ao historiador transpor as limitações impostas por esse tipo de fonte.

A leitura e reflexão de outros trabalhos sobre sociedade civil e Estado mostrou-se importante para não cometer riscos de desassociar ambos como se fossem elementos independentes entre si. Nesse sentido, pude perceber no trabalho de Virgínia Fontes, intitulado “Sociedade Civil no Brasil Contemporâneo: lutas sociais e luta teórica na década de 1980”, que existe uma relação permanente e conflituosa entre sociedade política e sociedade civil. Segundo Fontes:

Ainda no pensamento liberal, o pacto estatal implica o surgimento simultâneo de duas novas categorias: uma sociedade política e uma sociedade civil. A sociedade política seria constituída pelas instituições do poder soberano (os órgãos do Estado), enquanto a sociedade civil seria a base da vida social. Introduce-se uma cisão insuperável entre o Estado e a sociedade: a sociedade seria 'natural', enquanto o pacto seria uma convenção a ser administrada; a sociedade civil seria o local da vida privada, enquanto a sociedade política se regeria por imperativos distintos (vida, segurança, propriedade, ordem e defesa externa constituiriam a razão de Estado). (...) Não há nenhuma separação entre Estado e sociedade: ao contrário, o Estado resulta da relação entre classes sociais e, portanto, encontra sua razão de ser nesta relação. A aparência de separação – legitimada e reforçada pelos filósofos que sustentavam uma burguesia em ascensão – é a forma pela qual opera exatamente a ideologia. Supor um Estado com lógica própria, distinta daquela que permeia a vida social, permite

⁴ KRENISKI, Gislania Carla P. O Jornal Como Fonte Histórica: A Representação e o Imaginário Sobre o “Vagabundo” na Imprensa Brasileira (1989-1991). São Paulo. Jul/2011, p. 02. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300663138_ARQUIVO_artigovagabundos-1.pdf>

justificar a perpetuação desta mesma forma de organização da vida social.⁵

A autora opta, portanto, em discutir sociedade política (Estado), abordando e confrontando os conceitos de Estado desde os primeiros pensadores, como Hobbes, Locke, Marx e Engels até Gramsci, destacando a noção de Estado ampliado. Além disso, Fontes prioriza discutir em seu trabalho as ONG's internacionais que ganharam força e prestígio principalmente na década de 1980.

Sobre a organização do trabalho, foram redigidos dois capítulos, o primeiro, intitulado *SUS: Uma Tentativa de Pluralidade e Democracia Saudáveis*, procura problematizar a saúde pública tanto antes como depois da criação do Sistema Único de Saúde (SUS), muitas ações foram mudadas, a organização de tarefas, uma vez que antes do SUS, o Ministério da Saúde se orientava pelo “Estado de Não Doença”.

O “Estado de Não Doença” atentava-se somente para a cura das patologias que assolavam a população, entretanto com a criação do Sistema Único de Saúde novas medidas e ações foram criadas, além do combate às enfermidades, os órgãos competentes passaram a investir na prevenção, observando o meio físico, a qualidade da água e fatores biológicos, isto é, houve uma ampliação dos cuidados com a saúde pública.

Outra proposta desse capítulo é evidenciar a descentralização do serviço público de saúde, pois durante a política do “Estado de Não Doença”, a União era a única responsável pela prestação dos serviços de saúde pública, o que gerava grande sobrecarga ao Governo Federal.

Finalizando o capítulo, salientei a expansão das Organizações Não Governamentais nas políticas de Estado. A princípio as ONGs atuavam em setores tidos como secundários, porém, a partir da década de 80 do século passado, essas instituições passaram a atuar em pastas cada vez mais importantes, por exemplo, saúde e educação.

No capítulo dois, *NAPCI: Uma Experiência Social em Itumbiara*, iniciei o capítulo fazendo um levantamento histórico da cidade baseado em obras de autores memorialistas que tentam construir valores, modos de viver das pessoas que por esses mesmos são qualificados como “fundadores” do município de Itumbiara, numa tentativa

⁵ FONTES, V. “Sociedade Civil no Brasil contemporâneo: lutas sociais e luta teórica na década de 1980”. In: Neves, L. M. W; Lima, J. F. (Orgs.). Fundamentos da Educação Escolar no Brasil Contemporâneo. Rio de Janeiro: Fiocruz/EPSJV, 2006.

de fazer da cidade um lugar feliz e bom de se viver graças aos seus primeiros “desbravadores”.

E finalizando esse capítulo, procurei historicizar o NAPCI, apontando as articulações que fizeram dessa entidade um organismo de suma importância às pessoas que são portadoras de CA, correlacionando a existência do NAPCI com os desmontes do Estado.

Dessa forma, observando-se o aumento da gama de serviços oferecidos, tanto pelo NAPCI, quanto de outras instituições, foi possível perceber que essas entidades buscam continuar ampliando seu campo de atuação social para continuar galgando cada vez mais incentivos financeiros de origem pública e/ou privada.

Outro ponto importante que esta pesquisa conseguiu identificar, ao longo de sua trajetória, foi a presença tão latente do Estado diante das ditas Organizações Não Governamentais. Na verdade o Estado é um fornecedor em potencial de verbas que, por conseguinte, aumenta sua participação desde a abertura até o pleno exercício das ONGs.

CAPÍTULO I

SUS: “UMA TENTATIVA DE PLURALIDADE E DEMOCRACIA SAUDÁVEIS”

O interesse inicial pela investigação estava em entender o surgimento das ONGs – Organizações Não Governamentais como fruto da incapacidade, da ausência de interesses sociais por parte do Estado.

Ao começar a pesquisa, eu acreditava que havia um desmonte do Estado que possibilitava o surgimento dessas entidades caritativas para suprir suas deficiências. No transcorrer da pesquisa, evidenciei que as ONGs tecem relações muito estreitas com o Estado, portanto não existe esse caráter “Não Governamental”, muito pelo contrário, o Estado se reforça como agente hegemônico dentro dessa conjectura.

Para melhor entender as relações travadas entre o Estado e a sociedade civil, tive que pesquisar como essas mesmas relações se davam antes e depois do atual sistema de saúde, o SUS – Sistema Único de Saúde, e este é o interesse principal deste capítulo.

A saúde pública neste país sempre foi tema de muita relevância para a população brasileira, no entanto a impressão que temos, ou pelo menos a que nos é passada é que o Estado não oferece o mesmo grau de preocupação que a comunidade mais carente gostaria que o fizesse.

Antes da criação do SUS, o Ministério da Saúde se norteara por um princípio básico, o “Estado de Não Doença”, dentro desse prisma, as políticas públicas de saúde tinham tão somente a preocupação com a cura das enfermidades que afetavam a população, o que foi mudado posteriormente graças ao surgimento do SUS, que passou a desenvolver mecanismos de prevenção, isto é, houve uma ampliação do esmero com a saúde pública do Brasil.

Essa mudança é proveniente da VIII Conferência Nacional de Saúde realizada em 1986, que passou a analisar outros aspectos no que tange a estratégias de saúde, isto é, foram elaborados outros fatores sobre saúde, por exemplo, o meio físico, o meio socioeconômico, fatores biológicos e as oportunidades de acesso.

Nesse sentido, determinantes como condições geográficas, qualidade da água, renda, emprego, sexo, idade, herança genética, vícios e educação também se tornaram

elementos importantes na elaboração das metas e das estratégias de saúde pública no Brasil.

O Sistema Único de Saúde foi criado no início da década de 90 do século passado, pela Lei 8080/92. Vale mencionar que, graças à luta do povo, foi instituído, uma vez que podemos considerar a influência do “Movimento Sanitarista” na fundação do SUS. Outro aspecto importante a ser elencado é a dupla ação dos Ministérios da Saúde e Previdência Social que dividiam a responsabilidade de oferecer serviços médicos.

Ainda dentro desse quadro, o Ministério da Saúde era incumbido de ações sanitárias e controle de endemias, enquanto os serviços curativos eram de particular responsabilidade do Ministério da Previdência Social que, por conseguinte, segregava os desempregados e os trabalhadores informais.

Na verdade, o SUS representa a materialização de uma nova concepção acerca da saúde em nosso país. Antes a saúde era entendida como “o Estado de Não Doença”, o que fazia com que toda a lógica girasse em torno da cura de agravos à saúde. Essa lógica, que significava apenas remediar os efeitos com menor ênfase nas causas, deu lugar a uma nova noção centrada na prevenção de agravos e na promoção da saúde. (...) Importante notar que a luta pela instituição do SUS parte da base da sociedade. As reivindicações que nortearam o movimento ficaram conhecidas por “Movimento Sanitarista”⁶

A citação supracitada salienta que a criação do SUS é fruto dos movimentos sociais, sobretudo o “Movimento Sanitarista”. Percebe-se nesse trecho, uma iniciativa do governo em salientar a participação das pessoas na elaboração do SUS, a fim de transmitir uma ideia que representa os interesses unicamente da população.

A ênfase em destacar o antigo plano nacional de saúde, o “Estado de Não Doença” como algo superado, como ineficiente, remonta uma ideia de modernidade e evolução. O SUS é colocado como um sistema mais preocupado com a saúde pública.

Como já fora mencionado anteriormente, antes da criação do SUS, a operacionalidade da saúde pública brasileira tinha como prioridade o “Estado de Não Doença”. Além do mecanismo bronco e focado apenas na cura e não na prevenção, era extremamente centralizado, ou seja, todas as ações de saúde pública ficavam sobre tutela da União, o que acarretava uma grande sobrecarga ao Governo Federal, pelo

⁶ Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva, Sistema Único de Saúde (SUS): princípios e conquistas/Ministério da Saúde, Secretaria Executiva. Brasília: Ministério Saúde, 2000. pp: 04 a 05.

menos na gestão que então vigorava e, na maioria das vezes, desconhecia as realidades de cada cidade brasileira, uma vez que cada município detém suas particularidades.

Após a criação do Sistema Único de Saúde, houve a descentralização dos serviços e ações de saúde pública, isto é, os municípios federados passaram a receber recursos federais para a implantação de políticas de saúde para sua população local, uma vez que a esfera está mais próxima e conhece melhor as angústias de seus habitantes podendo redirecionar com mais eficiência as verbas para este setor tão crucial para o bem comum.

Vivenciamos a partir das décadas de 70, 80 e, principalmente, na década de 90 do século passado, a ascensão de instituições de caráter “altruísta”, popularmente conhecida por ONG’s – Organizações Não Governamentais, como foi exposto no começo deste capítulo.

No início desta pesquisa, imaginei que as ONG’s eram realmente entidades que não possuíam nenhum tipo de ligação com as esferas de governos, nem administrativa e nem financeira. No entanto, após algumas leituras, comparações e, vieram resultados diferentes do que eu esperava. Na verdade, eu julgava a existência dessas instituições filantrópicas como o resultado do desmonte, ou melhor, da ausência do Estado em relação às políticas públicas e o incentivo à atuação privada, embora com financiamento público.

Entretanto, as Organizações “Não Governamental”, são financiadas tanto com recursos privados quanto com recursos estatais e com isso a sociedade civil se legitima cada vez mais como a “única” capaz de “gerir bem” recursos destinados às classes sociais mais carentes. Essa concepção positiva do chamado "terceiro setor" pode ser exemplificada pela concepção do SEBRAE-MG.

(...) ‘a partir dos anos noventa em nosso país, com o advento de conceitos como responsabilidade social das empresas e um fortalecimento de um senso de cidadania, o terceiro setor experimenta uma grande expansão’ (...) o terceiro setor é uma mistura de princípios públicos e privados e, portanto constitui um outro mecanismo redistribuidor de riqueza. As ações do terceiro setor partem da sociedade civil e obedecem à lógica do altruísmo, da filantropia, da reciprocidade, dos costumes e tradições, das concepções morais e religiosas, etc.⁷

⁷Citado por: PAULA, Dilma Andrade de; MENDONÇA. Sonia Regina de. (Orgs.). Sociedade Civil: Ensaios Históricos. Dilma Andrade de Paula; Sonia Regina de Mendonça (Orgs.). Jundiá, Paco Editorial: 2013. P. 08.

Durante o governo de Fernando Collor de Melo, o processo de reforma do Estado ganhou mais robustez, porém foi na administração do ex-presidente da República Fernando Henrique Cardoso que o assunto ganhou mais atenção e “necessidade”.

Dentro dessa perspectiva, podem ser citadas como exemplo dessa proposta de reforma estatal as privatizações, conforme o que se realizou, resultando na formação de agências reguladoras como a Anatel, a Aneel e a ANP. Nesse sentido, o governo de FHC transmitia abertamente a ideia de Estado mínimo, o objetivo era que o povo entendesse as privatizações como a solução de todos os problemas sociais.

Percebi que o processo das privatizações quanto as ONG’s estão subordinadas às decisões do Estado, o que ocorreu, na verdade, foi exatamente o oposto da proposta de Estado mínimo (Neoliberalismo). O Estado tornava-se cada vez mais hegemônico e coercitivo com a criação de instituições filantrópicas e privatizando estatais.

A aparência era de ‘investimento’ na sociedade civil, mas em sua essência, a reforma renovava mecanismos coercitivos do próprio Estado, até porque o conjunto das privatizações e a desindustrialização significaram uma brutal pressão sobre os trabalhadores, causando, inclusive, desemprego em massa.⁸

Na reflexão sobre Estado capitalista, Gramsci indicava que Estado e sociedade civil não eram instâncias opostas, mas dialeticamente complementares.

(...) Neste sentido, o que se pretende afirmar é que o conceito de sociedade civil em Gramsci é inseparável da noção de totalidade, claramente imbricada, desde sua concepção original em Marx e Engels, à luta entre as classes sociais e suas frações. Ou seja, mais antilateral, impossível (...) o conceito se liga ao âmbito das relações sociais de produção, às formas de produção da vontade coletiva e ao papel que ambas desempenha o Estado. Assim, torna-se crucial insistir que a sociedade civil constitui-se em uma das bases instituintes do conceito de Estado ampliado – ou integral – em Gramsci, juntamente com a noção de sociedade política (...).⁹

⁸ PAULA, Dilma Andrade de; MENDONÇA. Sonia Regina de. (Orgs.). Sociedade Civil: Ensaios Históricos. Dilma Andrade de Paula; Sonia Regina de Mendonça (Orgs.). Jundiaí, Paco Editorial: 2013. p. 10.

⁹ PAULA, Dilma Andrade de; MENDONÇA. Sonia Regina de. (Orgs.). Sociedade Civil: Ensaios Históricos. Dilma Andrade de Paula; Sonia Regina de Mendonça (Orgs.). Jundiaí, Paco Editorial: 2013. p. 10.

O cerne da discussão proposta neste capítulo é que percebamos o crescimento da participação das ONGs nas políticas que deveriam ser atribuições do Estado, por meio do estudo do caso do NAPCI em Itumbiara. As mesmas, em seu surgimento atendiam setores sociais de menor importância orçamentária, tais como, meio ambiente, transporte, entre outros.

Com o avançar do neoliberalismo na América Latina, e em especial no Brasil, as Organizações Não Governamentais começaram a ocupar responsabilidades sociais maiores que as de início, por exemplo, educação e saúde.

Outro ponto importante a ser destacado neste capítulo é que o processo de descentralização da gerência pública de saúde provocou a necessidade da criação dos Conselhos de Saúde nos três níveis, federal, estadual e municipal, por isso concluímos que também ocorreu maior participação social tanto na formulação quanto na execução das políticas públicas de saúde.

Desse modo, a existência do Conselho Municipal de Saúde é muito importante, pois sem ele, o município perde qualquer recurso e/ou programa do Ministério de Saúde, além de ter sua composição paritária entre representantes do governo, de profissionais de saúde, de prestadores de serviços de saúde e de usuários.

O funcionamento do SUS faz com que a área de saúde esteja entre as mais democráticas, pois, além de comportar um alto grau de participação social, sua gestão é um dos modelos de descentralização com maior êxito nos serviços públicos brasileiros. A participação social é expressa pela existência e pelo funcionamento de Conselhos de Saúde nos três níveis de governo(...). A participação comunitária é enfatizada na legislação tornando os Conselhos uma instância privilegiada na discussão da política de saúde. A legislação também estabelece a composição paritária dos usuários, em relação aos outros segmentados representados.¹⁰

Apesar de apresentar mazelas a que constantemente assistimos, ouvimos ou ainda lemos nos principais noticiários do país, o SUS é um dos mais respeitados sistemas de saúde do mundo, do ponto de vista organizacional e legal. O sistema tem como instrumentos de planejamento o Plano de Saúde, a Programação Anual, a Programação Pactual e Integrada – PPI – e o Relatório de Gestão.

¹⁰ Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva, Sistema Único de Saúde (SUS): princípios e conquistas/Ministério da Saúde, Secretaria Executiva. Brasília: Ministério Saúde, 2000. p: 09 a 10.

Esses instrumentos supracitados são os norteadores da saúde pública nas três esferas de governo, de modo que neles são definidas todas as estratégias de atuação, que vão desde a composição orçamentária até o modelo de gestão, em seguida, ocorre a aprovação ou reprovação do Conselho de Saúde, obedecendo aos três níveis de governo.

Outro aspecto positivo da criação do SUS foi o surgimento de leis elaboradas para melhorar e aperfeiçoar o sistema. Pode ser mencionada aqui a Emenda Constitucional 29 de 13 de setembro de 2000. A Lei regula a distribuição e recursos de cada nível de governo o que lhe oferece maior estabilidade financeira e a possibilidade do aumento de verbas nas esferas estadual e municipal conforme suas respectivas receitas (*tributos*).

Até o exercício financeiro de 2004, a União deverá aplicar: no ano de 2000, o montante empenhado em ações e serviços públicos de saúde em 1999 acrescido de, no mínimo, 5%. Do ano de 2001 ao ano de 2004, o valor apurado no ano anterior, corrigido pela variação nominal do Produto Interno Bruto – PIB (inflação + variação real do PIB). (...) Até o ano de 2004, os municípios deverão estar aplicando em ações e serviços públicos de saúde, no mínimo, 15% da soma das seguintes receitas: ISS, IPTU, Imposto de Transição Inter Vivos, Imposto de renda incidente na fonte sobre rendimentos pagos, inclusive por suas autarquias e fundações, Transferência do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), Transferência do ITR, Transferência do IPI sobre exportações, Transferência do ICMS e da Transferência do IPVA.¹¹

Os municípios, desde a criação do SUS, vêm ganhando maiores responsabilidades no quesito saúde pública. Essas atribuições atentam a duas funções, a gestão plena da atenção básica e a gestão plena do sistema municipal. Portanto, essas duas responsabilidades oferecem ao município a competência técnica e administrativa para aplicar os recursos públicos, supostamente conforme as necessidades da população local.

No âmbito estadual, a responsabilidade do governo do estado é promover e incentivar as prefeituras a assumirem a gestão de atenção a saúde, além de assegurar a modernização dos serviços municipais, tais como informatização, apoio logístico e robotização.

No caso federal, é de responsabilidade da União promover e incentivar os governadores que propiciem à municipalidade o desenvolvimento de seus sistemas de

¹¹ Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva, Sistema Único de Saúde (SUS): princípios e conquistas/Ministério da Saúde, Secretaria Executiva. Brasília: Ministério Saúde, 2000. pp: 20 a 21.

saúde, além disso, o Governo Federal exerce as funções de normatização e coordenação da gestão nacional do SUS.

De acordo com essa estruturação e com todas as ações e serviços de saúde que o Sistema Único de Saúde – SUS – vem promovendo desde sua implantação, é perceptível que se trata de um organismo governamental que veio sofrendo, ao longo de sua criação, “minirreformas”, palavra tão usada ultimamente em nosso Congresso Nacional.

Assim, o SUS, que foi criado pela Constituição Federal de 1988, teve origens em movimentos políticos e sanitários surgidos desde a década de 70 e vem se recriando, permanentemente, por meio de reformas incrementais. (...) é uma política jovem, mas com capacidade de renovar-se continuamente.¹²

O SUS na verdade, busca uma universalização de sua prestação de serviços, sendo um direito do cidadão brasileiro e uma obrigação de Estado. Sob essa ótica, o Estado é responsável por oferecer à população os serviços de saúde considerados básicos, ou seja, aquilo que é prescindível fica a cargo dos hospitais particulares que prestam desse modo, serviços suplementares.

Um ponto a ser destacado nesta pesquisa e de transcendental importância é perceber que essas “reformas incrementais”, citadas pelo Conselho Nacional de Secretários de Saúde abrem espaços para a atuação das ONGs, acarretando o comprometimento de sua proposta universalizante.

Sendo assim, as ONGs ampliam sua envergadura de ações, pois passam a executar os serviços que são de competência e inteira responsabilidade do Estado, diminuindo com isso, a ideia central do SUS, que é a universalização dos serviços públicos de saúde no Brasil.

Entretanto, outro problema que emerge dessa situação e que merece ser questionado é a qualidade do serviço prestado pelas ONGs, isto é, a maioria de seus colaboradores práticos são pessoas que sofreram com algum tipo de ineficiência do serviço público e sem muitas alternativas abriram e/ou participam dos serviços sem fins

¹² Brasil. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. SUS: avanços e desafios./Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Brasília: CONASS, 2006. p. 28.

lucrativos e esse fato, isoladamente, não garante qualidade, o que é de primazia para a população. Segundo a ABONG em seu site:

Não é possível realizar um trabalho consistente se as atividades forem realizadas por pessoas de boa vontade, mas sem qualificação. (...) Trabalhar em ONGs tornou-se também uma alternativa para muitas pessoas que estão fora dos empregos tidos como formais. (...) Nem governo, nem setor privado, o terceiro setor surgiu em um momento em que o Estado perdia poder em nome da regulação do mercado apoiada pelo liberalismo. Mas será que esse novo setor, que muitas vezes assume as funções que o Estado deixou de realizar, tem razão de existir? Para a pesquisadora Hebe, a questão é qual o papel das ONGs na sociedade. “Não sou contra essas entidades, mas sim contra a forma de atuação de grande parte delas no mundo e no Brasil, atualmente”. A pesquisadora afirma que muitas ONGs migraram para o papel de executoras de políticas públicas, o que é competência do Estado.¹³

Portanto, nessa visão essa pluralização dos serviços que se pretendem universais esbarra-se em outros problemas, por exemplo, segregação, ou melhor, setorização. Os serviços mais dispendiosos oferecidos pelo SUS setorizam-se, em sua maioria, nos grandes centros urbanos e/ou regiões metropolitanas. Essa situação segmenta, segrega usuários, “forçando-os” a buscarem atendimentos nos estabelecimentos particulares de saúde. Esse fato fere a intenção constitucional em que o SUS foi criado. Nesse caso, o serviço privado de saúde é complementar e não suplementar.

Outro aspecto importante a ser salientado é o baixo investimento público em serviços de saúde. Para que o País possa de fato oferecer um serviço sanitário de qualidade, agilidade e eficiente, nossos representantes deverão aprovar medidas que permitam maior aplicação de recursos nessa pasta.

Em 2003, o Governo Federal do Brasil gastava apenas US\$ 96,00 com cada brasileiro em saúde pública, enquanto outros países, inclusive, emergentes, US\$ 137, 00 e US\$ 172,00, como são os casos de Chile e México, respectivamente. Mas essa comparação deve ser feita com cautela, com precaução, pois estamos equiparando políticas públicas em sociedades muito diferentes, apesar de as mesmas pertencerem a

¹³ Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais, Instituto Brasileiro do Terceiro Setor. www.ibtsonline.org/index2.php. p. 07 e 08.

América Latina. Conforme tabela¹⁴ a seguir evidenciamos os gastos públicos supracitados:

Gastos com saúde pública por país (dados de 2003)				
Total de gastos com saúde	% do PIB	Per capita total (US\$)	Per capita público (US\$)	Per capita público (em %)
Argentina	8,9	426	300	70,4%
Brasil	7,6	212	96	45,3%
Canadá	9,9	2.669	1.866	69,9%
Chile	6,2	282	137	48,6%
Costa Rica	7,3	305	240	78,7%
Estados Unidos	15,2	5.711	2.548	44,61%
Itália	8,4	2.139	1.607	75,1%
México	6,2	372	172	46,2%
Portugal	9,6	1.348	940	69,7%
Reino Unido	8,0	2.428	2.081	85,7%

Fonte: Organização Mundial da Saúde (2006)

Diante desse emaranhado de problemas, não podemos colocar o SUS como o “salvador da pátria”, ou melhor, o solucionador do caos da saúde pública, entretanto essa “crise” do sistema de saúde, já é bastante conhecida pela população brasileira, uma vez que ela se faz muito antiga.

Nesse sentido, não podemos nem considerar que o Sistema Único de Saúde passa por uma crise, pois o termo está relacionado a um problema de curto prazo e denota fatores conjunturais. Todos, inclusive os governantes que gerenciam o sistema público, não apenas o de saúde, têm o entendimento de que o problema está para além de componentes conjunturais, isto é, o impasse é estrutural.

Apresentando esse feito, enquanto os políticos tratarem do SUS com apenas medidas paliativas, o problema vai sendo apenas procrastinado e quem sofre com isso é

¹⁴ Disponível em: < <http://pessoas.hsw.uol.com.br/sus3.htm>>. Acesso em: jun.2016

a população mais carente e que, diga-se de passagem, tornou-se algo aviltante. É preciso reforçar que saúde pública é um direito do cidadão brasileiro e isso não pode ser tratado como algo caritativo. De acordo com a fala de Luiz Antônio Nunes, presidente do Departamento de Medicina Social da Associação Paulista de Medicina:

Se fala muito que a saúde no Brasil está em crise. Sou daqueles que acham que o Brasil não está em crise. Pelo menos essa palavra não está apropriada para designar a situação na qual nos encontramos hoje. Crise da ideia de um fenômeno que vem se desenvolvendo e que, de repente, apresenta uma inflexão, com pequena duração de tempo. Geralmente traduz a ideia de uma situação conjuntural, e no caso brasileiro o que nos apresenta são problemas de componentes muito mais estruturais do que os conjunturais. (...)

Portanto, a palavra crise é inapropriada, porque desde os anos 70 que se fala na crise da saúde. Uma crise que tem quase trinta anos de duração não pode mais ser chamada assim, porque não expressa a realidade e, ao não expressá-la, esconde politicamente esses problemas estruturais que devem ser atacados. (...)

A saúde no Brasil nunca foi pensada como um direito.¹⁵

A saúde pública brasileira ainda conserva ranços do passado. A saúde pública no Brasil emergiu de duas pastas, O Ministério da Saúde e a Previdência Social, como já foram citados anteriormente nesta redação. Até os dias atuais, podemos perceber relativa influência do passado em relação a esse tema. As grandes indústrias nacionais, multinacionais, redes hoteleiras, comércio e cooperativas oferecem a seus funcionários planos de saúde. Diante desse fato, evidenciamos o profissional empregado à frente do profissional desempregado, acentuando ainda mais a segregação e a disparidade social no País.

Analisando as mais variadas políticas públicas, e não apenas a saúde, o Estado brasileiro localiza-se em uma realidade política que assola os mais carentes da sociedade. Nossos administradores públicos formulam PPs – Políticas Públicas, interessados em angariar votos, para se reeleger. Não há entre eles a sensibilidade de tentar promover o bem comum da sociedade, tudo é questão de voto, votos. A provocação que deve ser reiterada é que os governos devem servir a sociedade e não servirem-se dela, do contrário é simplesmente a reprodução da lógica política (reeleger-se).

¹⁵ Associação Paulista de Medicina. p. 09. Disponível em: www.apm.org.br.

Ainda concernente ao Sistema Único de Saúde, o Brasil apresenta uma espécie de organização desse referido setor. O Estado disponibiliza a consulta, alguns exames e cirurgias, que podem ou não ser de qualidade. Um agravante dessa situação é que muitas vezes, ou na maioria das vezes, o Estado até oferece os serviços médicos, porém o procedimento seguinte é falho, o medicamento.

Pessoas que procuram o SUS não dispõem de alta remuneração, portanto, após o diagnóstico de alguma enfermidade, temos outro problema, a compra do medicamento. O problema aqui mencionado torna o Sistema Único de Saúde ainda mais exposto a condenações, o que lhe é muito peculiar, pois mesmo que todo o serviço prestado anterior ao diagnóstico tenha sido de excelência, o simples fato da ausência do medicamento, que deveria ser cedido pelo governo, compromete a etapa anterior.

No Brasil, não se pensa socialmente, não se formula socialmente e ainda nos encontramos em estágio muito elementar no que toca às políticas de saúde. Pois, as políticas de saúde são apropriadas pelos governos, como se fossem deles e não da sociedade, para o bem e para o mal, não importam. As políticas não são dos governos, são da sociedade. (...) O nosso sistema apresenta enorme grau de irracionalidade em relação a esse quesito. Classificadamente, 20% dos gastos em média do sistema de atendimento à saúde são com medicamento, e os 80% restantes com investimento pessoal e tecnologia. No caso brasileiro, geralmente o paciente passa pelo serviço, pode ter o diagnóstico muito bem feito, preciso, mas não recebe o medicamento. Como ele não tem condições de comprar o medicamento, do ponto de vista social, todo o procedimento de atendimento fica comprometido e a sua eficácia social foi nula. Gastamos 80% e não temos os 20%, que resultaria na sua eficácia. (...) Se pensarmos socialmente, não faz sentido as pessoas passarem por um sistema de qualificação de diagnósticos e não poderem usar os medicamentos.¹⁶

Nesse sentido, devido a uma tendência internacional, algumas Organizações Não Governamentais emergiram para completar as lacunas entre o Estado e a população carente.

A questão a ser discutida nessa ocorrência social é o rápido e largo crescimento que essas entidades sem fins lucrativos vêm ganhando cada vez mais terreno no Brasil e no mundo, uma vez que as ONGs atuavam apenas em pastas tidas como secundárias, por exemplo, meio ambiente, administração, ente outros.

¹⁶ Associação Paulista de Medicina. p. 11 a 15. Disponível em: www.apm.org.br.

Nos dias atuais, as ONGs ganharam um *hall* de abrangência e de importância uma vez que estão atuando em setores mais complexos como segurança pública, educação e saúde.

Estamos a cada dia percebendo uma descentralização do Estado que, ao ceder espaços às Organizações Não Governamentais, acarreta sua redução, algo tão salientado pelo neoliberalismo.

Apresentada essa situação cada vez mais comum em nosso País, as sociedades civis surgem para prestar um serviço público, porém representam específica parcela da população.

Tal problema acontece no Brasil há vários anos. As políticas públicas que o Estado brasileiro oferece à sua população e por conta desse descaso político é que as ONGs ganham cada vez mais espaço entre a sociedade pobre, carente, dependente e o Estado. Segundo a pesquisadora Noeli Rodrigues:

(...) os assuntos que antes eram tutelados exclusivamente pelo Estado, foram transferidos, por assim dizer a outras instituições, sejam nacionais ou internacionais. As Organizações Não Governamentais aparecem nesse contexto, e ocupam a lacuna entre o Estado e a população. (...) Nesse contexto, tal transferência – mesmo que parcial – para outras instâncias de decisões efetivas, conferem às Organizações Não Governamentais legitimidade para agir dentro e fora do Estado, situação parece inevitável. A descentralização do poder estatal em dada medida pelo fenômeno da globalização descentralizou o poder em nível internacional e enfraqueceu o Estado. (...) Cabe observar que as ONGs atuam com foco no interesse público, mas não representam fundamentalmente a população, buscam interesses específicos.¹⁷

Não podemos aqui mensurar o trabalho que as ONGs prestam à sociedade, todavia, de igual forma, não podemos colocá-las como uma espécie de instituição que queira usurpar a soberania e poder que o Estado historicamente possui. O fato é que teríamos um comportamento equivocado se desconsiderássemos os subsídios estatais que essas entidades recebem para oferecer à sociedade os serviços que oferecem por predisposição.

¹⁷ RODRIGUES, Noeli. ONGs: A sociedade civil e o papel do Estado. p. 02 a 03.

As Organizações Não Governamentais atuam com especificidades, isto é, buscam sanar disputas locais por melhores condições de vida, no que tange a meio ambiente, saúde, segurança, imigrantes, enfim serviços que são de inteira responsabilidade do Estado.

Outro problema que pode ser ressaltado nesta discussão proposta, é que as ONGs não são instituições democráticas, ou seja, seus membros não são escolhidos democraticamente, o que pode comprometer sua legitimidade frente à comunidade na qual a mesma exerce assistência.

As ONGs possuem duas características que as diferenciam do amplo conjunto na esfera não estatal: sua finalidade e seu caráter sociopolítico. Desse modo, constituem-se como organizações: sem fins lucrativos; ou privadas. São ‘autogovernadas’ com a participação voluntária, além de possuírem finalidade pública e função sociopolítica. (...) Atuam in loco, ou seja, onde estão presentes o caráter e a luta de enfrentamento, forte ativismo que caracteriza suas atividades e movimentos e os desgastes das formas tradicionais de representação popular, e etc.¹⁸

Como já foi citado nesta ocasião, as ONGs surgiram e atuam com ações caritativas, voltadas principalmente para ações ambientais ou religiosas, esse feito proporcionou maior aproximação das Organizações Não Governamentais com a comunidade.

Nesse caso, as ONGs atuam como um termômetro social, ou seja, elas desenvolvem um conjunto de procedimentos que permitem perceber e atacar as angústias sociais do local a que pertencem, proporcionando, assim, maiores áreas de atuação ampliando suas temáticas sociais atendendo tanto a seus interesses quanto ao da população.

Essa percepção causou maior visibilidade das ONGs por parte da população que se sente atendida por elas. Nesse contexto, é de ligeiro entendimento que os movimentos sociais sejam desarticulados, uma vez que as instituições sem fins lucrativos “suprem” o abismo sedimentado historicamente entre população e Estado.

A grande problemática dessa transferência de responsabilidade do Estado para as Organizações Não Governamentais é que o Estado abre mão de ser o administrador para

¹⁸ RODRIGUES, Noeli. ONGs: A sociedade civil e o papel do Estado. p. 04.

ser apenas o fiscalizador e, na maioria das vezes, essa fiscalização não é realizada seguramente o que compromete a lisura das ações da entidade.

Ainda dentro desse quadro, é relevante salientar que as ONGs buscam garantir o acesso da população às políticas públicas, isto é, elas facilitam o cumprimento de alguns artigos de nossa Constituição, entretanto elas não conseguem substituir as ações estatais.

O papel social das Organizações Não Governamentais, segundo GOUVEIA (2007) surgiu em um cenário no qual o Estado ‘perdeu’, em partes, a autonomia em relação ao mercado. De acordo com a autora as ONGs tomaram, por assim dizer, o papel de agentes implementadores de políticas públicas. Porém, mesmo com a atuação das organizações junto à sociedade civil, essa ação é insuficiente, pois não cumpre todas as ações garantidas pela Constituição e devem ser tuteladas pelo Estado.¹⁹

Com o crescimento das disparidades sociais diante da ineficiência dos serviços prestados pelo Estado a sociedade civil, torna-se cada vez mais atuante e, ao passo que o Estado mínimo neoliberalizante vem aumentando, as ONGs ganham cada vez mais espaço no território social de nosso País.

As Organizações Não Governamentais trabalham com temáticas importantes para a comunidade e promovem soluções para se legitimarem frente à opinião pública, garantindo-se, assim, de portas abertas para o mercado.

Para esse pleno funcionamento, as ONGs tornaram-se um importante articulador social entre o público e o privado, uma vez que para atuar, elas precisam tanto de incentivos fiscais e recursos financeiros, quanto de estímulos do setor privado, gerando o que hoje nós chamamos de responsabilidade social.

As empresas que colaboram com as ONGs são mais conhecidas como “empresas do bem”, ganham junto ao Estado isenções fiscais, o que aumenta, consideravelmente, seus lucros, além de a empresa aparecer com uma imagem positiva para a população.

As Organizações Não Governamentais como já foi citado, não atendem, em sua gestão, aos conceitos democráticos, pois seus líderes não são eleitos pelo povo. Outro problema que ataca o caráter democrático das ONGs é que, dentro delas, existem grupos de interesses e sede pela liderança.

¹⁹ RODRIGUES. Noeli. ONGs: A sociedade civil e o papel do Estado. p. 04.

Esses dois pontos mencionados no parágrafo anterior são de extrema importância, pois afetam o desenvolvimento dos serviços prestados pelas Organizações Não Governamentais. Vale ressaltar que, onde há ambição, também há pouco interesse com o social.

(...) a participação política toma nova definição, pois defende interesses específicos, são decisões também específicas, ou seja, politicamente dirigidas. Tal dinâmica busca afirmação, aceitação por parte da população, pois as ONGs necessitam de legitimidade diante da opinião pública para ocupar espaços de poder e alcançar seus objetivos. (...) A atuação eficiente do denominado terceiro setor redefiniu a relação entre a esfera pública e a esfera privada. Nesse sentido, as corporações aproveitaram para ocupar o vazio com uma estratégia de comunicação repaginada, a responsabilidade social. (...) o Estado oferece políticas públicas ineficientes, por outro lado, as empresas são grandes financiadoras das ONGs. Nesse ambiente de múltiplos interesses, percebe-se a imposição, posição antidemocrática, mesmo que de forma velada.²⁰

Podemos perceber que os problemas sociais enfrentados no Brasil são de longa data e um agravante para essa afirmação é que também conseguimos notar que nem o Estado e nem as Organizações Não Governamentais conseguem solucionar tais problemas, porém ambos buscam, ou tentam buscar, melhores oportunidades para as comunidades mais desamparadas.

Há ONGs que, juntamente com o Estado desejam elaborar mecanismo que diminuam as agruras sociais e que permitam uma melhor qualidade de vida à população, que já se mostra cansada de ser deixada como segunda importância no cenário político do Brasil.

O Terceiro Setor acentua a participação da população nos problemas sociais que o País enfrenta, pois as pessoas que estão desencantadas com os serviços estatais, buscam, por meio do voluntariado, resolver essas questões elencadas nesta pesquisa.

Sabendo da importância do trabalho das ONGs, é que se propõe uma leitura mais atenta em relação às atividades do Estado, o trabalho de parlamentares e o envolvimento com essas instituições sem fins lucrativos.

²⁰ RODRIGUES, Noeli. ONGs: A sociedade civil e o papel do Estado. p. 08.

Desse modo, quem fica refém dessas mudanças é a sociedade menos favorecida, que, por ausência de recursos financeiros, acaba sendo jogada à margem do processo e ficando à espera de um atendimento para seu tratamento.

A princípio, as ONGs atuaram em esferas tidas por secundárias, como meio ambiente e justiça social, levando em consideração outras áreas de administração estatal, por exemplo, a saúde pública. Todavia, no governo FHC, essas entidades vão ocupar lugares cada vez mais importantes, por exemplo, no cenário administrativo.

Durante os mandatos de Fernando Henrique Cardoso, observa-se uma política neoliberalizante, em que ocorre a mudança no papel do Estado, sob a justificativa da ineficiência administrativa em relação às políticas públicas, vendo nas ONGs a solução dos problemas sociais.

De modo geral, sempre foi um desejo dos governantes brasileiros, ou pelo menos parte deles, promover uma política social que atendesse de forma completa, isto é, todas as esferas sociais. No entanto, tal anseio torna-se utópico, uma vez que, ao beneficiar um determinado grupo, é automático que outros se sintam em desvantagem em relação ao beneficiado.

Outra análise a ser realizada é entender que as Organizações Não Governamentais surgem para prestar um serviço de incumbência do Estado, portanto o problema, ao ser resolvido pelo governo, deveria extinguir a instituição terceirizada.

A provocação proposta é que o trabalho das ONGs seja algo com prazo de validade, ou seja, quando o governo solucionar o problema, a entidade deve fechar as portas, uma vez que seus serviços prestados à população é algo finito.

Podemos ainda enveredar por outros caminhos nas discussões sobre Organizações Não Governamentais, uma vez que elas recebem subsídios do governo perdem seu caráter não governamental.

O fato de as ONGs serem incentivadas pelo órgão estatal e ainda realizarem ações que ajudam a diminuir os impasses sociais da comunidade nos faz crer que as ONGs parecem ser transformadas em uma espécie de extensão do Estado, um novo modelo de gerência pública. Segundo Graziela Machado:

(...) a sociedade civil constitui-se amiúde em uma esfera disponível ou a mais importante para organizar a contestação política e cultural.

Entretanto, a sociedade civil não é uma família ou uma aldeia global homogênea, mas um território de luta, minado muitas vezes por relações de poder não democráticas e pelos problemas constantes de racismo, heterossexismo, destruição ambiental e outras formas de exclusão. Atualmente estamos vivendo uma crescente predominância das ONGs nos movimentos latino-americanos. As ONGs por vez agem como organizações ‘neo’ ou ‘para’, em vez de não governamentais, caminhado no sentido de ajudar a sustentar um setor público esvaziado pelo Estado e, ao mesmo tempo, tornar possível que este se exima do que era considerada sua responsabilidade.²¹

Na visão esboçada acima, as ONGs estão atuando mais como organizações apêndices do Estado, ao invés de "não governamentais".

As Organizações Não Governamentais surgiram sob a justificativa de colaborar com a organização social, principalmente de movimentos reivindicadores e contribuindo com melhorias públicas para o meio comum, sendo assim, de grande valia para sua legitimação no âmbito populacional.

Paulatinamente, as ONGs foram ganhando cada vez mais espaço no cenário administrativo público, pois realizam trabalhos importantes para o povo mais carente, com isso tornam-se fortes aliadas políticas dos representantes do governo e, desse modo, continuam em atuação.

O próprio governo passou a entender essas entidades sem fins lucrativos como órgãos capacitados para exercer funções que são de responsabilidade do Estado.

O Estado começa a reconhecer que as Organizações Não Governamentais acumularam um capital de recursos, experiências e conhecimento sobre as formas inovadoras de enfrentamento das questões sociais, que as qualificam como interlocutores e parceiros governamentais. Com isso, novas formas de articulação entre o Estado e a sociedade vêm sendo criadas, permitindo uma maior participação das ONGs na definição das políticas públicas.²²

²¹ SCHEFFER, Graziela Machado. O Serviço Social nas ONGs no Campo da Saúde: projetos societários em disputa. p. 271.

²² SCHEFFER, Graziela Machado. O Serviço Social nas ONGs no Campo da Saúde: projetos societários em disputa. p. 274.

Nesse sentido, as Organizações Não Governamentais que atuam na área da saúde costumeiramente são frutos de pessoas que lutavam em movimentos sociais na busca por tratamento de suas respectivas enfermidades e/ou sintomas.

Muitas ONGs também trabalham no “encurtamento” das distâncias simbólicas de tratamento, uma vez que há uma burocracia muito grande nos atendimentos médicos. Sob esse prisma, é que o NAPCI – Núcleo de Apoio ao Portador de Câncer de Itumbiara atua em Itumbiara.

Pensando na situação do portador de câncer, em que tudo tem que ser muito rápido por conta da agressividade da doença, o NAPCI tenta reduzir ao máximo as papeladas desnecessárias dentro dos abarrotados hospitais públicos do Brasil.

O portador de câncer em Itumbiara que se sujeitar a receber o tratamento pelo Hospital Municipal Modesto de Carvalho deverá ir, no mínimo, a três organismos diferentes para conseguir um encaminhamento para o Hospital Araújo Jorge ou ainda para o centro de referência de Barretos – SP, o maior da América Latina.

Sistematiza-se os motivos que justificam a cooperação, as vantagens e desvantagens da implementação por meio de ONGs em face da burocracia pública e dos papéis relativos atribuídos à burocracia e às ONGs nas políticas federais. Os resultados que os gestores entrevistados atribuem às organizações civis funções e competências que a burocracia não poderá substituir no curto e médio prazos, tais como expertise, capilares, flexibilidade e engajamento nas políticas mencionadas.²³

Além dessas discussões, não podemos esquecer que muitas vezes as ONGs tornam-se concorrentes do próprio Estado, pois ambos prestam o mesmo serviço. As Organizações Não Governamentais almejam prestar melhor atendimento à população para que esta opte por usar os préstimos das ONGs e despreze as medidas de prestação do Estado que as faz sem comprometimento com o bem-estar social.

Podemos perceber essa dicotomia, a concorrência entre Estado e ONGs, quanto ao repasse de verbas federais. Não podemos negar que há uma disputa por recursos e tecnologias a serem implantados tanto por entidades sem fins lucrativos quanto por parte dos hospitais e centros de atendimento público.

²³ SCHEFFER, Graziela Machado. O Serviço Social nas ONGs no Campo da Saúde: projetos societários em disputa. p. 274.

É fato que se o Estado, supostamente, inicia maiores investimentos no setor público de saúde e começar a se despontar em atendimentos e serviços, supõe-se que quem cairá no descrédito serão as Organizações Não Governamentais.

Há uma grande concentração de estudos sobre a atuação das ONGs em áreas como as da AIDS e da saúde e direitos reprodutivos no Brasil, refletindo, de certa forma, o forte ativismo em torno desses temas e a legitimidade pública e institucional conquistadas por agendas comuns construídas nos circuitos do sistema nacional e internacional. Entretanto, interroga-se o quando se tem acumulado de conhecimentos e reflexões acerca da atuação das ONGs em outras áreas de saúde que também tenha sido locus de ativismo e de participação social, como a saúde infantil.²⁴

As Organizações Não Governamentais desenvolvem em seu papel social atitudes que proporcionam assistência pública às pessoas carentes o que lhes garante muito prestígio, entretanto tais atitudes precisam ocorrer com caráter paliativo. O Estado é o grande responsável pelos assuntos sociais e as ONGs jamais poderão substituí-lo em sua essência.

²⁴ SCHEFFER, Graziela Machado. O Serviço Social nas ONGs no Campo da Saúde: projetos societários em disputa. p. 274.

II CAPÍTULO

NAPCI: UMA EXPERIÊNCIA SOCIAL EM ITUMBIARA

HISTÓRICO DO MUNICÍPIO E ORGANIZAÇÃO ECONÔMICA ATUAL

Itumbiara está situada junto à margem direita do Rio Paranaíba o que a torna uma cidade goiana, uma vez que o referido município é divisa de estados de Minas Gerais e Goiás.

Situada a aproximadamente 200 quilômetros da capital de Goiás, Goiânia, bem como a 400 quilômetros da capital Federal, Brasília, a cidade conta, pelo último censo, com aproximadamente 93.000 mil habitantes e é referência econômica no Sul de Goiás.

É fácil encontrar em informativos e publicações locais produzidos em Itumbiara adjetivos como “O Portal do Centro-Oeste”, “A Cidade de Todos”, “A Princesinha do Sul”. Essas atribuições são feitas com o intuito de promover a cidade, entretanto existem mais evidências e mais interesses nesses informativos locais.

Apresentar Itumbiara como “A cidade de Todos”, promove uma ideia de progresso, de sucesso econômico do município, porém esse mesmo discurso sufoca a realidade social do local. Diante das lutas, enfrentamentos, privações sofridas pelo portador de câncer e da falta de hospitais e profissionais qualificados, senti-me incomodado pelas propagandas, pois elas buscam estabelecer valores impostos por determinados grupos hegemônicos locais.

Desse modo, refletindo sobre produção do conhecimento histórico, é preciso entender o que se pretende com essas construções e estabelecer um diálogo com meu objeto. Dentro desse contexto, E. P. Thompson analisa que:

(...) a prática histórica está, acima de tudo, empenhada nesse tipo de diálogo, que compreende: um debate entre, por um lado conceitos ou hipóteses recebidos, inadequados ou ideologicamente informados, e, por outro, evidências recentes ou inconvenientes; a elaboração de novas hipóteses, o teste dessas hipóteses face às evidências existentes, mas de novas maneiras, ou uma renovada pesquisa para confirmar ou rejeitar as novas noções, a rejeição das hipóteses que não suportam tais provas e o aprimoramento ou revisão daqueles que as suportam, a luz desse ajuste.²⁵

²⁵ THOMPSON, E. P. A miséria da teoria ou um planetário de erros. Rio de Janeiro: Zarrar, 1981. p. 54.

Pensar a imprensa como elemento de manipulação social é algo bem simples, entretanto é preciso destacar outros pontos, outras análises acerca desse assunto. Se partirmos da ótica que a imprensa incorpora, em sua função, a arte de divulgar por meio de suas chamadas de capa, tamanho da fonte, enfim, destacar algum valor que pretende legitimar, ou até mesmo inculcar na memória local, percebe-se com isso que ela também se permite manipular para atender determinados grupos dominantes.

Desse modo, a imprensa ultrapassa seu cunho meramente informativo e passa a atuar como um forte instrumento de dominação local, como ocorre em Itumbiara, uma imprensa que atende a setores de determinadas classes.

Nesse sentido, como sugere Laura Antunes Maciel, é preciso lançar um novo olhar sobre a imprensa:

(...) ainda é importante refletir sobre nossos procedimentos e os modos como lidamos com a imprensa em nossa prática de pesquisa para não tomá-la como um espelho ou expressão de realidades passadas e presentes, mas como uma prática social constituinte da realidade social, que modela formas de pensar e agir, define papéis, generaliza posições e interpretações que se pretendem compartilhadas e universais. Como expressão de relações sociais, a imprensa assimila interesse de seus proprietários, financiadores, leitores e grupos sociais que representa. (...) O ponto central de nossas reflexões passa por uma atenção às disputas e lutas que marcam a produção social da memória, considerando a imprensa um dos locais privilegiados para a construção de sentidos para o presente e uma das práticas de memorização do acontecer social.²⁶

Seguindo a reflexão de Maciel, direcionei o mesmo olhar aos autores memorialistas, outro problema enfrentado no decorrer desta pesquisa, tendo em vista que, assim como alguns informativos, eles tentam inculcar nas pessoas valores hegemônicos.

Boa parte de suas produções foram financiadas por empresários itumbiarenses de famílias tradicionais, como a Família Almeida, Gouveia e Flauzino.

Contam os memorialistas locais que, no ano de 1824, o General português Cunha Matos foi designado a idealizar uma estrada que ligasse Uberaba a Morrinhos, o que concorreu para que surgisse um povoado chamado Santa Rita do Paranaíba, uma

²⁶ MACIEL, Laura Antunes. Produzindo notícias e histórias: algumas questões em torno da relação telégrafo e imprensa – 1880/1920. In: FENELON, Déa R. et. al (Orgs). Muitas Memórias, Outras Histórias. São Paulo: Olho d' Água, 2005. p.15.

homenagem a Santa Rita de Cássia e, concomitantemente, ao Rio Paranaíba. Em 1842, o povoado de Santa Rita do Paranaíba foi elevado à condição de Distrito de Morrinhos, cidade esta que se localiza a 90 quilômetros da sede atual de Itumbiara.

A cidade recebeu o nome de “Itumbiara”, que significa na língua indígena Tupi-Guarani “Caminho para Cachoeira”, em 31 de dezembro de 1943, por força de Lei nº 8.305 aprovada pelo governador da época, embora Santa Rita do Paranaíba tenha se tornado município em 1909.

É sabido pela maioria da população que o município em questão passou e ainda passa por sérios problemas de cunho social e político. O fato importante na verdade é a tentativa de negligenciar isso e mostrar outra imagem de Itumbiara, o que já ocorria no século XIX, quando a gleba se chamava Santa Rita do Paranaíba.

Santa Rita do Paranaíba é um município que tem diante de si possibilidades imprevisíveis em todos os setores da economia política. (...) Em 1824, uma alma humana lançou a semente que germinou, floresceu e deu fruto. A alma humana foi o General Deputado Cunha Matos. O fruto produzido foi Itumbiara, hoje brilhando como uma das principais comunas da Região Centro-Oeste do país. (...). Cada dia que passa nós vemos os progressos de nossa cidade de Itumbiara. Fez várias obras públicas, como os grandes grupos e colégios, entre outras obras.²⁷

Considerando esses aspectos, foram levantados alguns escritos sobre o município de Itumbiara e, embora não possuam muito rigor científico, bem como, mergulhados numa escrita fortemente memorialista, como pode ser observado na citação acima, colaboraram para uma reflexão voltada para uma tentativa de se fazer cidade, ou melhor, a cidade.

O modo como Franco procura descrever o deputado General Cunha Matos é puramente legitimador de algo que deu muito certo, um município próspero e produtor. O português é narrado como herói, o fundador de Itumbiara.

(...) O grande rio, semelhante a um enorme lago pela tranquilidade de suas águas claras, banha a população numa grande extensão, e oferece um panorama agradabilíssimo. (...) Sobre o Rio Paranaíba existem três pontes do tipo pencil, uma a do Ipê Areado, entre os municípios de Catalão e Araguari (Goiás e Minas Gerais), e outras duas a Ponte Cyro Gomes de Almeida e a majestosa “Afonso Penna”, ambas entre os municípios de Itumbiara e Araporã – MG, construída pelo Governo Federal Dr. Augusto Moreira Afonso Penna, sob a direção do Engenheiro Civil Dr. José L. Diniz, inaugurada em 15 de novembro de

²⁷FRANCO, Peron. História de Itumbiara. p. 23 a 35.

1909. Ambas as pontes foram as grandes responsáveis pelo progresso do Centro-Oeste e principalmente do nosso querido Estado de Goiás.²⁸

Essa visão progressista, que boa parte das publicações locais traz, evidencia-se em matérias datadas deste a década de trinta em *O COMMERCIO*, primeiro jornal de Itumbiara, ainda com o nome de Santa Rita do Paranaíba.

O jornal “*O COMMERCIO*” era de propriedade do senhor José Flavio Soares e foi inaugurado em 1919, no dia doze de outubro, aniversário de Itumbiara e dia de Nossa Senhora Aparecida, padroeira do Brasil e encerrou suas atividades em 1944.

Outro fato interessante é narrado no livro “História de Itumbiara”, de Perón Franco, em relação à repercussão da Revolução de 1930 em Santa Rita do Paranaíba, corroborando essa ideia progressista, conforme trecho abaixo:

(...) se é verdade que Santa Rita do Paranaíba muito progrediu depois do advento da Revolução de 30, certo é que muito há de se fazer, e quer pela sua posição geográfica, quer pelas suas condições topográficas e geológicas, oferece vasto campo para investimentos no comércio, agricultura e pecuária.²⁹

Mencionar Itumbiara como cidade ativa e participante de marcos históricos da envergadura da Revolução de 30 indica uma procura de identificar personagens como sendo grandes “desbravadores” e “heróis” para consagrar uma memória da cidade conforme interesses de alguns grupos dominantes desde cedo, no início do século XX.

A questão da saúde pública também é enaltecida e apresentada como referência de gestão desde os idos de 1938, na época o prefeito era o Dr. Annibal Jajah.

(...) as competições políticas, muito fizeram o município lucrar, pois os homens de responsabilidade que o dirigem, movem-se num campo plano, dentro de um clima político-social ameno, apenas próprio para o trabalho pacífico, sob o controle do Dr. Annibal Jajah, jovem prefeito, idealista, trabalhador, probo e inteligente.³⁰

O município de Itumbiara é constantemente referenciado por seus jornais, revistas, livros, poemas, ou qualquer publicação local de “A cidade do progresso” e “Portal do Centro-Oeste”. Na verdade, evidencia-se, desse modo, uma tentativa de sufocar as lutas e os problemas sociais tão latentes nesta cidade.

²⁸ ALMEIDA, Sidney Pereira de: Itumbiara, um século e meio de história. p.: 48.

²⁹ ALMEIDA, Sidney Pereira de: Itumbiara, um século e meio de história. p.: 36.

³⁰ ALMEIDA, Sidney Pereira de: Itumbiara, um século e meio de história. p.: 36.

O governador de Goiás, Dr. Urbano Coelho, emancipou o distrito de Santa Rita do Paranaíba de Morrinhos, através da Lei 349, cuja instalação do novo município se deu em 12 de outubro de 1909. A partir de 31 de dezembro de 1943, por força de Lei nº 8.305 aprovada pelo governador da época, Santa Rita do Paranaíba passou a denominar “Itumbiara”, que no idioma indígena tupi-guarani significa “Caminho da Cachoeira”, nome dado pelo Dr. Ignácio Paes Lemes a um posto fiscal da estrada de automóvel por ele construída de Santa Rita do Paranaíba à Cachoeira Dourada. Itumbiara para chegar à categoria de cidade, passou por: Povoado em 1824, Porto em 21 de abril em 1842, Vila de Santa Rita em 25 de janeiro de 1909. 31

ALMEIDA, neste trecho de seu livro, destaca a hierarquia urbana pela qual Itumbiara passou, isto é, veio de uma origem portuária e, atualmente, chegou à categoria de cidade, enfatizando uma espécie de evolução, de crescimento, prosperidade.

Algumas fontes locais estão trilhando o mesmo caminho, comungando do mesmo interesse, para produzirem uma imagem estereotipada de Itumbiara a fim de ressaltar a importância de alguns grupos dominantes. É de muita importância relatar que esses materiais têm como financiadora a Prefeitura de Itumbiara.

A divulgação de ações dessas famílias tidas como “tradicionais” do município apresentam-se com muita importância, trazendo um sentido fortemente enaltecido e muito pouco contestador. A veiculação desses boletins, livros, jornais e revistas pretendem muito mais que informar, almeja ditar a “verdadeira história de Itumbiara”.

Essa imposição do passado de Itumbiara, ditado da forma como esses materiais apresentam é, na verdade, uma tentativa de ocultar os problemas do presente, sobre o papel da imprensa salienta Heloisa de Faria Cruz:

(...) este passado revivido, que não está lá, mas aqui, sem que ele se transforme em espaço de rearticulação de uma memória que se quer única e homogênea. Memória nacional, porque de todos nós, brasileiros, que é alimentada por uma volta obsessiva ao passado como ocultamento do presente e que, na produção da unanimidade, busca ocultar as diferenças e conflitos do país vivido. 32

³¹ ALMEIDA, Sidney Pereira de: Itumbiara, um século e meio de história. p. 47.

³² CRUZ, Heloisa de Faria. O avesso das comemorações: memória, historiografia e o bicentenário da imprensa. In: história e Perspectivas, Uberlândia, n. 39, jul., p. 14, dez. 2008.

Em sua obra, a autora fala sobre as comemorações do bicentenário da imprensa no Brasil e nos leva a pensar de forma mais aprofundada quanto ao que se quer ser apresentado como memória e o que se quer excluído da memória.

Outros materiais sobre a cidade de Itumbiara foram observados, apresentam as principais atividades econômicas, a prestação de serviços e a indústria, com ênfase para a agroindústria, sobretudo entre os anos de 2005 e 2010, em que a cidade apresentou crescimento de 64,3%, passando de R\$ 1.309,6 milhões para R\$ 2.151,4 milhões. Apesar do relativo crescimento econômico, a cidade revelou números menores que os percentuais em esfera estadual, que foram de 69,4% no mesmo recorte temporal.

O gráfico³³ a seguir exemplifica com números, algumas das afirmações mencionadas acima.



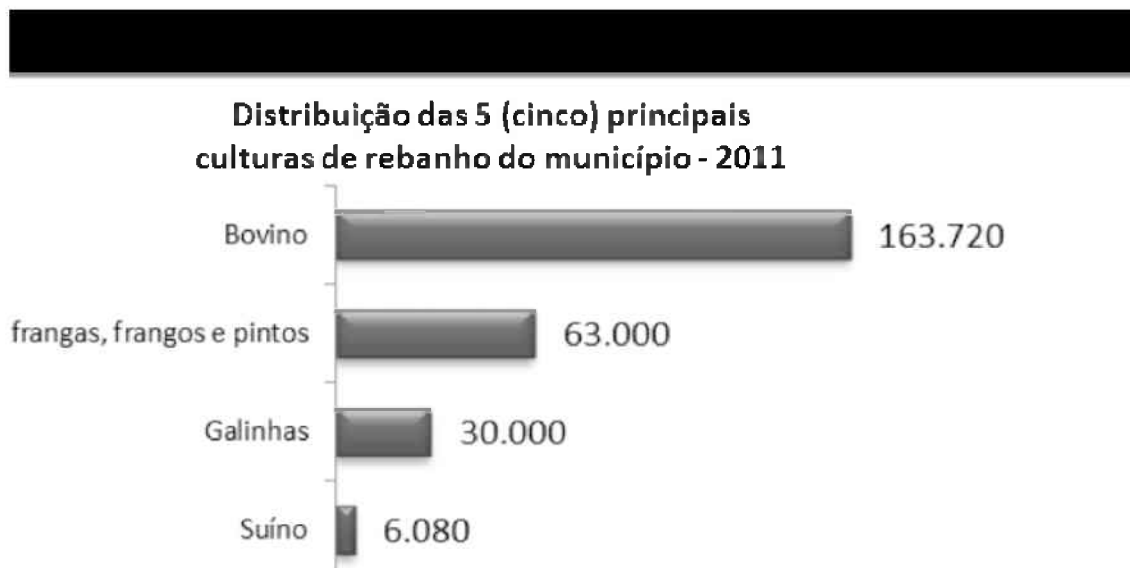
Além da grande importância econômica que os setores de serviços e de grãos apresentam nas cifras do município, a pecuária também é grande contribuidora com o PIB – Produto Interno Bruto – do município, com destaque para a pecuária bovina, conforme gráfico³⁴ a seguir:

³³ Disponível em:

<http://sme.itumbiara.go.gov.br/arquivos/atas/Plano_Municipal_de_Educao_de_Itumbiara.pdf>. Acesso em: abril.2016.

³⁴ Disponível em:

<http://sme.itumbiara.go.gov.br/arquivos/atas/Plano_Municipal_de_Educao_de_Itumbiara.pdf>. Acesso em: abril.2016.



Em se tratando de aspectos demográficos, o município de Itumbiara revelou crescimento da população idosa que no ano 2000 era correspondente a 8,9% da população total e dez anos mais tarde, no ano de 2010, era de 11,8%.

O aumento da expectativa de vida da população está relacionado com a melhoria na qualidade de vida das pessoas, entretanto a longevidade traz consigo um aumento importante da propensão a contrair doenças, inclusive degenerativas, por exemplo, Alzheimer e até mesmo Câncer (CA).

Não há muitas dúvidas sobre os efeitos do aumento da idade na saúde. A questão é como o ritmo da incidência desses efeitos se têm vindo a modificar (ou não) à medida que sucessivas gerações têm uma longevidade crescente. (...) Perdas no potencial cognitivo e capacidade de aprendizagem, perdas de saúde mental, stress crônico, depressão, aumento considerável da prevalência de demências, perdas de saúde física, fragilidade, incapacidade, multimorbilidade, doenças crônicas e degenerativas.³⁵

Analisando outras fontes sobre a correlação entre envelhecimento populacional e o aumento das evidências de câncer, destaquei a estimativa de câncer no Brasil para o ano de 2014, publicada pelo INCA – Instituto Nacional de Câncer José de Alencar. A

³⁵GOUVEIA, Miguel. Economia e segurança social. Longevidade e saúde: Uma Visão Econômica . p. 05 e 06. Disponível em: http://www.ordemeconomistas.pt/xportalv3/file/XEOCM_Documento/16007347/file/4a%20Conversa%20-%20Miguel%20Gouveia.pdf > Acesso em: Março de 2016.

citação a seguir reforça as ideias de que o aumento na expectativa de vida do brasileiro também lhe proporcionou maior vulnerabilidade para doenças degenerativas.

O Brasil vem sofrendo mudanças em seu perfil demográfico, consequência, entre outros fatores, do processo de urbanização populacional, da industrialização e dos avanços da ciência e da tecnologia. A essas novas características da sociedade brasileira, unem-se os novos estilos de vida e a exposição, ainda mais intensa, a fatores de risco próprios do mundo contemporâneo. Esse processo de mudança demográfica, denominado de “envelhecimento” da população, associado à transformação nas relações entre as pessoas e seu ambiente, trouxe uma alteração importante no perfil de morbimortalidade, diminuindo a ocorrência das doenças infectocontagiosas e colocando as doenças crônico-degenerativas como novo centro de atenção dos problemas de doença e morte da população brasileira³⁶

Até o ano de 2010, o município contava com quase 93 mil habitantes e destes, 1,5% se encontrava em condição de extrema pobreza³⁷. Esse fato nos mostra que parte da população itumbiareense é carente e requer políticas públicas que lhe ofereça o mínimo possível de seguridade social.

Itumbiara, por meio do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), atende 41,48% das quase dez mil famílias cadastradas no Programa Bolsa Família. A cidade, como a maioria dos municípios brasileiros, demonstra que parte considerável de sua população majoritariamente é dependente dos serviços públicos e é claro que isso envolve saúde, educação, lazer, esporte e outros.

No que tange aos serviços públicos de saúde, destacamos também outras prestações que são correlatas aos poderes municipais, por exemplo, abastecimento de água potável e a coleta de lixo. A existência e a manutenção dessas ações assumem papel preponderante nos gastos públicos e reforçam a dependência da população em relação ao Estado.

Para mensurar alguns dos problemas sociais enfrentados há muito tempo pelo povo itumbiareense, muitas Unidades Básicas de Saúde Familiar – UBSF - que são na verdade o primeiro nível de atenção a saúde, de acordo com modelo adotado pelo SUS, funcionam em casas particulares que são alugadas pelo poder público local.

³⁶ Instituto Nacional de Câncer José de Alencar da Silva. Coordenação de Prevenção e Vigilância. Estimativa 2014: Incidência de Câncer no Brasil. RJ. 2014. p. 25.

³⁷ Disponível em: <http://sme.itumbiara.go.gov.br/arquivos/atas/Plano_Municipal_de_Educao_de_Itumbiara.pdf>. Acesso em: abril.2016.

A partir dessa informação, evidenciamos que, mesmo nos dias de hoje, é perceptível que os representantes legais da comunidade não querem oferecer o serviço por muito tempo, ou não querem gastar com novas construções, uma vez que preferem alugar residências que não foram arquitetadas para atendimento público e não contam com as instalações médicas necessárias, apesar de afirmarem o contrário.

A Atenção Integrada à Saúde do Cidadão além de ser um programa de governo expresso no Plano Plurianual de Ações (PPA) é tudo que envolve o cuidado com a saúde do ser humano, incluindo as ações e serviços de promoção, prevenção, reabilitação e tratamento de doenças. Em Itumbiara-GO é organizada através de uma rede de serviços para dar acesso ao cidadão na Atenção Básica; na Especializada/Hospitalar, na Urgência e Emergência, Assistência Farmacêutica e Laboratorial visando à integridade do cuidado em saúde³⁸

Essa medida adotada pelo governo municipal apresenta-nos em caráter muito paliativo, pois as instalações são precárias.

Conforme foi mencionado, o município de Itumbiara goza apenas dos serviços básicos, especializados/hospitalar, urgência e emergência, entretanto, os serviços de complexidade, como é necessário no tratamento de Câncer, não são realizados na cidade, pois não há infraestrutura necessária.

O município de Itumbiara-GO considera como prioridade o fortalecimento da atenção básica, visando alcançar os seguintes objetivos: Assumir a Estratégia Saúde da Família como estratégia prioritária para o fortalecimento da atenção básica; (...) Garantir a infraestrutura necessária ao funcionamento das Unidades Básicas de Saúde, dotando-as de recursos materiais, equipamentos e insumos suficientes para o conjunto de ações propostas para esses serviços; (...) Implantar o processo de monitoramento e avaliação da atenção básica com vistas à qualificação da gestão descentralizada; O município de Itumbiara-GO possui dezesseis UBSF (Unidade Básica de Saúde da Família, proporcionando uma cobertura de 51% da população. nove equipes possuem unidades de saúde próprias e adequadas e sete estão em casas alugadas e adaptadas para o atendimento à população.³⁹

Devido ao “boom” demográfico⁴⁰ que Itumbiara sofreu na primeira década do século XXI, O SAMU prioriza o resgate de vítimas acidentadas no trânsito, assim, caso

³⁸ Atenção Integral de Saúde do Cidadão. Secretaria Municipal de Saúde. Itumbiara-GO.

³⁹ Atenção Integral de Saúde do Cidadão. Secretaria Municipal de Saúde. Itumbiara-GO.

⁴⁰ Disponível em:

<http://sme.itumbiara.go.gov.br/arquivos/atas/Plano_Municipal_de_Educao_de_Itumbiara.pdf>. Acesso em: abril.2016.

algum cidadão sofra qualquer distúrbio, convulsão ou ataques, muitas vezes tem de recorrer a amigos ou vizinhos para levá-lo ao hospital.

Itumbiara, como já foi mencionado, não apresenta grandes centros especializados de saúde de alta complexidade, todavia a cidade possui os atendimentos de emergência e urgência que são componentes importantes de acordo com os parâmetros do SUS, conforme citação a seguir.

As Urgências e Emergências são um componente da assistência à saúde. A Atenção Às Urgências deve fluir em todos os níveis do SUS, organizando a assistência desde as Unidades Básicas de Saúde até os cuidados pós-hospitalares na convalescença, recuperação e reabilitação. O Ministério da Saúde, a partir da Política Nacional de Atenção às Urgências (Portaria nº 1.862/2003) orienta que a atenção integral às urgências deve ser implementada a partir dos seguintes componentes fundamentais: 1) adoção de estratégias promocionais de qualidade de vida, buscando identificar os determinantes e condicionantes das urgências e por meio de ações transitórias de responsabilidade pública, sem excluir as responsabilidades de toda sociedade; 2) organização de redes locais de atenção integral às urgências, enquanto elos da cadeia de manutenção da vida, tecendo-as em seus diversos componentes: a) componente pré-hospitalar fixo: unidades básicas de saúde e equipes de agentes comunitários de saúde – ambulatórios especializados – serviços de diagnósticos e terapias e unidades não hospitalares de atendimento às urgências; b) componente pré-hospitalar móvel: serviço de atendimento móvel de urgências (SAMU) e os serviços associados de salvamento e resgate, sob regulação médica de urgências e com número de telefone único nacional para urgências médicas – 192; c) componente hospitalar: portas hospitalares de atenção às urgências das unidades hospitalares gerais de tipo I e II e das unidades hospitalares de referência tipo I, II e III, bem como toda a gama de leitos de internação, passando pelos leitos gerais e especializados de retaguarda, de longa permanência e os de terapia semi-intensiva e 28 intensiva, mesmo que esses leitos sejam situados em unidades hospitalares que atuem sem porta aberta às urgências; d) componente pós-hospitalar: modalidades de atenção domiciliar – hospitais e projetos de reabilitação integral com componente de reabilitação de base comunitária.⁴¹

A população itumbiareense tem à disposição o Centro de Atenção Integrado à Saúde – CAIS, criado em agosto de 1985, pelo então prefeito, Dr. Waterloo Araújo. Esse centro foi construído com verbas públicas das esferas municipais e estaduais, com o objetivo de reduzir os atendimentos do Hospital Municipal Modesto de Carvalho.

⁴¹ Atenção Integral de Saúde do Cidadão. Secretaria Municipal de Saúde. Itumbiara-GO.

Diferentemente do “Hospital Modestão”, o CAIS atende as situações de Pronto Socorro apenas doze horas para os casos de urgência. Além do serviço de Pronto Atendimento, a instituição oferece consultas especializadas e realiza o Teste do Pezinho e o Teste da Mamãe.

O CAIS, assim como demais órgãos públicos de saúde de Itumbiara, apresenta déficits de equipamentos e funcionários, o que compromete a eficiência e a qualidade do serviço prestado.

Ao verificar o caderno de atividades do CAIS, pude observar que, embora algumas atividades façam parte do cronograma de atividades da instituição, não estão sendo realizadas, pois faltam profissionais imprescindíveis para que as ações planejadas sejam efetivas:

O Centro de Assistência oferece atendimento ambulatorial, com funcionamento das 7hs às 17hs de segunda à sexta. Conta com uma equipe multiprofissional bastante numerosa, entre médicos, psicólogos, fonoaudiólogos (em falta), assistentes sociais, fisioterapeutas, enfermeiros, servidores de todas as áreas: administrativos, profissionais liberais, auxiliares de enfermagem e técnicos de radiologia (em falta). (...) Programa Saúde do Idoso – CAIS, oferece à classe de idosos presteza em serviço médico/odontológico/psicológico; aulas regulares de Educação Física e Encontros Festivos nas datas comemorativas. Obs.: No momento está em falta Coordenador do Programa.⁴²

Esse tipo de constatação é cotidianamente omitida da população, a imprensa esconde esse tipo de informação, os funcionários temem perseguição. Na contramão do que está escrito no Caderno de Atividades Diárias do CAIS, o DECOM – Departamento de Comunicação de Itumbiara, divulgou, em 2006, também em tom caudatário:

Estamos concluindo este mês de setembro, 21 meses de mandato à frente da Prefeitura de Itumbiara. (...) Pagamos dívidas que estavam em atraso, adquirimos veículos e maquinários para darmos os primeiros passos na revitalização do município, reabrimos o restaurante do servidor, estamos efetuando o pagamento do funcionalismo em dia, devolvemos a esperança à população que estava sem muita confiança no futuro e em parceria com o próprio povo fomos em busca de dias melhores, e é isto que está acontecendo. (...) O Crescimento Não pode Parar, para isso aclamamos a toda comunidade que caminhemos juntos na busca de fazer da nossa

⁴² Caderno de Atividades Diárias e Programas CAIS – Centro de Atenção Integrado à Saúde/Ano 2016.

querida Itumbiara a cidade com a melhor qualidade de vida no Estado de Goiás.⁴³

Essas palavras foram ditas pelo ex-prefeito de Itumbiara José Gomes da Rocha. Em seu discurso, a cidade caminha na direção certa e, para ele, “todos” os segmentos da cidade concordam e comungam com o mesmo pensamento.

A edição divulgada busca transmitir que o pensamento da gestão pública é semelhante ao da comunidade itumbiarenses e que a expressão “qualidade de vida” é algo comum a todos da cidade, passa-se uma ideia de que todos precisam das mesmas ações, perdendo-se assim, a individualidade de cada pessoa.

Apesar dos jornais e periódicos locais bombardearem a população com notícias unilaterais, algumas pessoas incomodadas com a situação manifestaram suas indignações em algumas emissoras de rádio, jornais e revistas que não fazem parte do rol de imprensa que hipotecam apoio ao governo municipal de Itumbiara.

A administração zegomista teve continuidade com a eleição de Chico Balla, pois este é um fantoche do ex-prefeito. Coronel, autoritário... não admite ser questionado. Outro adjetivo que vou atribuir ao ex-prefeito é incompetente, pois endividou a prefeitura, que perdeu seu crédito perante a Caixa Econômica Federal e o povo hoje perece sem atendimento, com as UTI's fechadas por falta de repasse, ou de verba. Dentro da nossa prefeitura, minha gente sofrida, que ele chama de querida, tem uma caixa preta e ela precisa ser aberta. .⁴⁴

A fala de Gilmar Vasconcelos, trabalhador efetivo da Secretaria de Saúde de Itumbiara, é permeada pela indignação evidenciando o outro lado da notícia, estabelecendo dicotomias e enfrentamentos de grupos sociais diferentes.

As Unidades de Terapia Intensiva – UTI de Itumbiara não se localizam nas instalações do Hospital Municipal Modesto de Carvalho, isto é, o serviço de UTI está terceirizado ao Hospital São Marcos que é de direito privado. Para que a população tenha acesso a esse serviço a prefeitura repassa verba equivalente a quarenta mil reais por mês, bem como o estado transfere ao referido hospital o montante de duzentos e sessenta e cinco mil reais.

⁴³ ITUMBIARA, o maior canteiro de obras de nossa história: O crescimento não pode parar. Departamento de Comunicação da Prefeitura Municipal de Itumbiara: Itumbiara, set. 2006. Informativo não paginado.

⁴⁴ Entrevista de Gilmar Vasconcelos, concedida pela Rádio Difusora de Itumbiara, março de 2016.

Vale mencionar que, quando há atrasos prolongados de repasses ao Hospital São Marcos, o serviço de UTI para a população atendida pelo Hospital Municipal é suspenso até que a situação seja normalizada, os pacientes mais graves são levados para Goiânia ou Santa Helena de Goiás.

É importante frisar que, em Itumbiara, o maior número de atendimentos na área da saúde é realizado no Hospital Municipal Modesto de Carvalho, construído em 1978, sob a administração do ex-prefeito Dr. Radivair Miranda Machado. Essa foi uma das maiores edificações já construídas pela prefeitura local e sem que houvesse necessidade de contrair dívidas.

O “*Hospital Modestão*”, como é chamado pelos seus usuários, atende em média oitocentas pessoas cotidianamente, salvo no verão quando os atendimentos crescem vertiginosamente para aproximadamente mil e duzentas pessoas, devido à explosão do surto de dengue na cidade.

Para abarcar esses serviços o hospital possui cento e quarenta e quatro funcionários públicos entre médicos, farmacêuticos, psicólogos, assistentes sociais, enfermeiros, recepcionistas, fonoaudiólogas, técnicos de gesso e técnicos de radiologia, e trabalham em esquema de troca de turno para que o atendimento ocorra 24 horas.

(...) o município de Itumbiara – GO possui para atendimento às urgências e emergências um Hospital Municipal com serviço de Pronto Socorro e 12 leitos para estabilização, centro cirúrgico funcionando 24 horas para atenção às cirurgias de urgência e emergência, leitos de enfermarias psiquiátricos, clínicas pediátricas, cirúrgicas e obstetrícia clínica, laboratório de análises clínicas 24 horas, exames de RX 24 horas, exames de tomografia computadorizada e exames de ultrassonografia 24 horas para suporte diagnóstico às urgências. A porta de entrada possui triagem com classificação de risco garantindo que os casos emergenciais sejam atendidos com agilidade garantindo assim a sobrevivência dos pacientes com risco de morte. Conta ainda com exames de mamografias e consultas especializadas em neurologia. O município possui ainda contratualização com o Hospital São Marcos, sendo este referência regional para atendimento no serviço de UTI – Unidade de Terapia Intensiva adulto, disponibilizando dez leitos dos quais nove são leitos clínicos para complementação da prestação de serviço e assistência hospitalar de qualidade. ⁴⁵

⁴⁵ Atenção Integral de Saúde do Cidadão. Secretaria Municipal de Saúde. Itumbiara-GO.

A narrativa acima vai de encontro a alguns periódicos locais e até mesmo ao que circula pelas redes sociais. Segundo o documento fornecido pela Secretaria de Saúde de Itumbiara, o atendimento público de saúde não envergonha e nem compromete os serviços prestados pelo município, porém um site de grande expressão nacional divulgou a ineficiência e o tartufismo do governo itumbiareense.

A cidade de Itumbiara vem enfrentando neste decorrente ano, sérios problemas na prestação do serviço público de saúde. Apresentada negativamente, a cidade foi manchete no G1 goiano, com a triste notícia para o cidadão itumbiareense que carece do atendimento público de saúde:

Em 23 dias, morre o quinto paciente a espera de UTI em Itumbiara – GO. Idoso sofria de diabetes e pressão alta e não resistiu à falta de vaga. MP e Secretaria de Saúde se reuniram para discutir alternativas à questão. Um idoso de 75 anos morreu nesta quinta-feira (31) enquanto aguardava por uma vaga de Unidade de Terapia Intensiva (UTI), em Itumbiara, região sul de Goiás. Nos últimos 23 dias, este é o quinto paciente que morre na fila por um leito especial na cidade. O problema começou depois que um hospital particular da cidade deixou de atender pelo Sistema Único de Saúde (SUS) por falta de repasse do poder público. A vítima tinha diabetes e pressão alta. Ele foi levado ao Hospital Municipal de Itumbiara no último domingo, mas não resistiu à espera. No velório, a família lamentou. “Muitos estão na fila, é difícil para família perder uma pessoa querida”, disse o genro Antônio Ricardo Lima. A fila por uma vaga cresceu consideravelmente depois que dez leitos de UTI do Hospital São Marcos foram fechados. A unidade é particular, mas mantinha os quartos através de um convênio com o poder público. No entanto, com a falta de pagamento, o local não teve como continuar funcionando.⁴⁶

Esse quadro vivenciado pelos itumbiareenses é reflexo do histórico descaso e da falta de comprometimento dos governantes locais, mas não diferente do que acontece no País como um todo, haja vista os noticiários nacionais. Como já foi mencionado, mesmo diante de toda essa precária situação a que estão submetidos aqueles que precisam do SUS, em nenhum momento, houve por parte da população manifestação pública de repúdio ao que está acontecendo com o sistema de saúde público de Itumbiara.

É muito intrigante ver as pessoas lutarem pela vida, lutarem por médicos, lutarem por leitos de Unidade de Terapia Intensiva, porém trata-se de uma luta

⁴⁶ Disponível em: <http://g1.globo.com/goias/noticia/2016/03/em-23-dias-morre-quinto-paciente-espera-de-uti-em-itumbiara-go.html>. Acessado em: março de 2016.

silenciosa, feita em corredores, murmúrios apenas, pois não se manifestam publicamente para evidenciar aos demais cidadãos suas angústias particulares, frente ao caos por que passam nos leitos públicos de saúde.

O Hospital São Marcos, em Itumbiara, no Sul goiano, fechou há uma semana a Unidade de Terapia Intensiva (UTI), que atendia pelo Sistema Único de Saúde (SUS), devido à falta de repasse de verba pública. Em 24 horas, dois idosos morreram à espera de leitos. Juvenal Trajano da Silva, de 83 anos, morreu na noite de quarta-feira (9). Desde o dia 2, ele estava na fila de espera por um leito de UTI. O idoso internou em outro hospital da cidade porque quebrou o fêmur e precisava ser operado. Ele ainda pegou pneumonia e o quadro se agravou. “É muito triste ver a luta dele, a gente lutar, e não conseguir lamentou a fila de Juvenal, a professora Cleusânia Melo. Na terça-feira (8), José Carlos de Souza, de 62 anos, também morreu sem conseguir internação na UTI. Filho do idoso, o vigilante Fernando Carlos da Silva havia implorado por um leito, mas não foi o suficiente. O diretor do hospital, Kênio Leonal Barbosa, conta que gastou R\$ 25 milhões para montar a UTI. Os leitos foram abertos em 2012 para atender a pacientes da Sistema Único de Saúde de Itumbiara e mais 12 municípios da região. A direção explica que o gasto mensal com a UTI é de 406 mil, sendo que o estado é responsável por custear R\$ 265 mil. Já o Ministério da Saúde repassa R\$ 101 mil, e a prefeitura cerca de R\$ 40 mil.”⁴⁷

Mesmo diante de todos esses acontecimentos, a prefeitura de Itumbiara está constantemente produzindo folhetos com informações que tiram o foco dos problemas de atendimento médico-hospitalar de Itumbiara, desviando-o para o entretenimento, o que me permite comparar a administração “zegomista” com a política romana do “Pão e Circo”

Por meio de outras fontes, percebi o interesse em canalizar as atenções do povo para os festejos do município, para as “grandes obras” de Itumbiara, para a alegria das tradições locais, sempre enaltecendo a qualidade de ser e viver nesta cidade, conforme noticiário a seguir:

.O Arraiá de Itumbiara é um elo que une pessoas das diversas camadas sociais, culturais, econômicas e políticas em torno de um festejo carregado de simbolismo religioso. Não há quem não se contagie com a animação do povo itumbiarenses que faz acontecer momentos alegres, danças e brincadeiras, trazendo à tona velhas tradições,

⁴⁷ Disponível em: <http://g1.globo.com/goias/noticia/2016/03/apos-uti-ser-fechada-por-divida-dois-idosos-morrem-espera-de-leitos.html>. Acessado em: março de 2016.

reforçando laços de origem e recriando a caminhada de nossos antepassados.⁴⁸

O trecho “recriando a caminhada de nossos antepassados”, da Revista Contemporânea me fez perceber que mais uma vez foi reforçado o estilo memorialista, a tentativa de uma história “ideal” para Itumbiara. Uma história marcada por heróis e ídolos desbravadores do cerrado goiano.

A tentativa de ocultar informações que mexem ou ferem a gestão de José Gomes da Rocha ou de seu candidato eleito à sua sucessão contribui para certa quietude popular, pois as pessoas não acreditam nos noticiários, revistas que fazem oposição ao governo.

As pessoas, ao lerem notícias que revelam ilicitudes acerca da administração Chico Bala, ou da administração anterior, riem e não acreditam, pois costumeiramente são jornais mais humildes e desprovidos de apoio.

Por serem jornais tidos como pequenos, são considerados por boa parcela da população leitora como “jornalecos”. As pessoas acreditam, ou querem acreditar somente nas informações dos jornais de maior expressão, de maior veiculação, abrangência de cidades circunvizinhas. Insta salientar que estes têm a prefeitura como sua maior “colaboradora”, e não há interesse em publicar nada que seja contrário à administração municipal. Essa linha de trabalho é evidenciada no depoimento a seguir:

O Folha de Notícias é um jornal grande, diário e abrange mais vinte cidades aqui perto da gente. Se fosse um jornaleco e que vivesse “falando” mentira, não teria tanto crédito e nem circularia tanta cidade.⁴⁹

Esse tipo de pensamento, conforme a fala da doméstica Maria das Graças, reproduz o interesse dos grupos dominantes com apenas uma produção histórica tida como única e consensual.

Os campos de tensão e embates sociais, as particularidades dos indivíduos são retiradas do fazer-se histórico, são retiradas da memória da cidade. Dentro desse debate Déa Fenelon observa que:

⁴⁸ REVISTA CONTEMPORÂNEA. Itumbiara: Editora, ano I, p. 22.

⁴⁹ PENHA, Maria das Graças. Maria das Graças Penha: depoimento [jul. 2015]. Entrevistador: Flaviano José Rodrigues Silva. Itumbiara. Casa da entrevistada. Entrevista concedida à pesquisa.

(...) a cidade nunca deve surgir apenas como um conceito urbanístico ou político, mas sempre encarada como o lugar da pluralidade e da diferença, e por isso representa e constitui muito mais que o simples espaço de manipulação do poder. E ainda mais importante, é valorizar a memória, que não está apenas nas lembranças das pessoas, mas tanto quanto no resultado e nas marcas que a história deixou ao longo do tempo em seus monumentos, ruas e avenidas ou nos espaços de convivência ou no que resta de planos e políticas oficiais sempre justificadas como o necessário caminho do progresso e da modernidade.⁵⁰

Posto o pensamento de Déa, a cidade e a memória da cidade devem ser construídas com a análise das contradições sociais, os interesses de diferentes segmentos, e não simplesmente tornando algo comum dentro de um determinado grupo como sendo também comum a todos.

⁵⁰ FENELON, Déa R. Introdução. In. (Org.). Cidades. São Paulo: Olho d'Água, 1999. p. 7.

A ORGANIZAÇÃO DO SETOR DE SAÚDE EM ITUMBIARA E O NAPCI

O município de Itumbiara conta com alguns projetos voltados para atender a população pobre, como é o caso do NABS – Núcleo de Ações Básicas de Saúde, que realiza exames de vários tipos de doenças, com maior atenção para as DST's – Doenças Sexualmente Transmissíveis, e atua no município há mais de 30 anos.

O NABS está situado na parte alta da cidade, na Avenida JK, Jardim América, próximo ao setor central. A instituição é mantida pelos cofres públicos. O problema percebido é que a localização desse centro fica muito distante da população que reside nos bairros mais afastados.

Casos em que um cidadão necessite tomar qualquer tipo de vacina em épocas fora de campanhas e mutirões, o único local que a disponibiliza é o tão longínquo NABS. As pessoas que não possuem condições financeiras mínimas têm que ir caminhando, mesmo doentes e/ou feridas para conseguir medicamentos e vacinas.

Além de diagnosticar as doenças, esse programa também oferece tratamento, consultas periódicas, expede cartões de vacinação, distribui remédios e informativos para gestantes.

O Programa Saúde da Mulher, que é um projeto do Governo Federal, também é realizado no NABS, onde mulheres fazem exames de prevenção de Câncer de Colo do Útero, bem como Câncer de Mama.

O trabalho fornecido pelo NABS é de fundamental importância para a população, entretanto um problema enfrentado pelo povo itumbiarenses é que muitas vezes há escassez de profissionais, equipamentos e vacinas para atender as pessoas que carecem desse tipo de serviço.

É muito comum a falta de infraestrutura mínima, leitos, profissionais qualificados no setor de saúde pública. É bem verdade que esses problemas ocorrem em todo Brasil, porém percebemos que em outras cidades, muitas pessoas vão para as ruas, redes sociais e manifestam suas indignações, o que não acontece em Itumbiara.

O NABS foi criado para desafogar as Unidades Básicas de Saúde da Família, popularmente chamadas de “Postinhos de Saúde”, e o Hospital Municipal Modesto de

Carvalho, porém nota-se que é um novo problema; além das pessoas lotarem os postos de saúde e o Hospital Municipal, o NABS não comporta a demanda do município. Erros retumbantes de planejamento na realização de ações e obras públicas.

O município conta ainda com o NABS – Núcleo de Ações Básicas de Saúde onde são desenvolvidos projetos de DST/AIDS com palestras e coleta de exames, Programa de Controle de Tuberculose e erradicação de Hanseníase com consultas e coletas de exames, Programa Saúde da Mulher onde são feitos exames de prevenção do câncer de colo do útero e câncer de mama.⁵¹

Mesmo oferecendo essa quantidade de serviços, muitas pessoas não sabem que o Núcleo de Ações Básicas de Saúde – NABS oferece mais do que vacinas e palestras. As pessoas sabem da aplicação de vacinas por ser o único lugar de Itumbiara com medicamento em períodos extemporâneos.

Maria Carmélia de Toledo, devido a uma complicação de saúde, precisa receber uma dosagem de determinada substância mensalmente, por isso frequenta o NABS mais vezes que muitos outros usuários e, ainda assim, não sabia de toda gama de serviços oferecidos pelo local, conforme depoimento a seguir:

A cada vinte e oito dias preciso vir aqui (NABS) para tomar injeção devido a uns probleminhas de saúde. O NABS é muito conhecido por todos nós, por conta das vacinas. Eu não sabia que aqui faz exame de próstata, exame de câncer de colo do útero, de tuberculose... Eles não falam pra gente, as pessoas vêm aqui só em época de campanha ou pra vacina. Já teve vez que eu vim aqui e não tinha estojo para aplicar meu remédio, eu tive que ir na farmácia pra comprar pra mim não ficá sem o medicamento.⁵²

A Secretaria Municipal de Saúde de Itumbiara não disponibiliza para a população todas as atribuições do NABS.

O fato de não ter estojo para a aplicação implica-nos a perceber que há falhas no gerenciamento das verbas do serviço público de saúde. Existe uma grande contradição entre a fala de Dona Maria Carmélia e o caderno diário de Atenção Integral de Saúde do Cidadão.

A cidade dispõe ainda dos serviços móveis de atendimento à saúde e resgate de vítimas acidentadas, por meio do Serviço de Atendimento Móvel de Urgências –

⁵¹ Atenção Integral de Saúde do Cidadão. Secretaria Municipal de Saúde. Itumbiara-GO.

⁵² TOLEDO, Maria de Carmélia. Maria Carmélia de Toledo: depoimento [jun. 2016]. Entrevistador: Flaviano José Rodrigues Silva. Itumbiara. Casa da entrevistada. Entrevista concedida à pesquisa.

SAMU. Itumbiara conta hoje com uma “frota” de apenas quatro ambulâncias viaturas para atender os quase cem mil habitantes.

A Superintendência de Políticas de Atenção Integral à Saúde – SPAIS é um órgão vinculado hierarquicamente ao Gabinete da Secretaria de Saúde do Estado de Goiás e tem a missão de implantar/implementar a Política de Atenção Integral à Saúde Estadual nos três níveis de atenção, monitorando e avaliando as ações de saúde, as redes de assistências e os programas de Atenção à Saúde no âmbito do SUS, em articulação com as demais estruturas da Secretaria Estadual de Saúde – SES e com os municípios, adequando as políticas nacionais às diversidades regionais.

A seguir, algumas das atribuições da SPAIS:

Atribuições e responsabilidades gerais da SPAIS: I) Discutir, formular, planejar, coordenar, acompanhar e avaliar a implantação das Políticas de Atenção Integral à Saúde que estão sob responsabilidade da superintendência, de forma integrada com as demais áreas da SES - Secretaria Estadual de Saúde, com base nas demandas e necessidades das regionais e dos municípios; II) Participar do processo de regionalização/descentralização do SUS Estadual, por meio da aplicação de estratégias que permitam uma constante negociação/pactuação, programa e integração intra e interinstitucional e com os municípios; III) Estabelecer articulação intersetorial com outras superintendências, organizações governamentais e não governamentais e entidades da sociedade civil para a consecução de seus objetivos.⁵³

Esta meta da SPAIS – Superintendência de Políticas de Atenção Integral à Saúde permite a transferência de responsabilidades estatais para instituições não governamentais e/ou filantropias, como é o caso do NAPCI – Núcleo de Apoio ao Portador de Câncer de Itumbiara e de várias outras instituições que prestam trabalho semelhante em todo Brasil.

Dentro desse contexto, nesta parte do trabalho será analisada a história e a experiência do NAPCI – Núcleo de Apoio ao Portador de Câncer de Itumbiara, pois essa instituição apresenta igualmente intenções de permanecer atuante no município, a fim de continuar recebendo verbas oferecidas pelo Estado. O NAPCI foi observado nesta pesquisa enquanto atuação e prestação de serviço público na área da saúde, em Itumbiara, (GO), oferecendo transporte gratuito e agendando consultas aos portadores de câncer que necessitam de tratamento fora do município. A maioria são pessoas que

⁵³ Superintendência de Políticas de Atenção Integral à Saúde. Secretaria Estadual de Saúde de Goiás. pp 01 e 02..

não possuem condição social alguma de viabilizar seu tratamento e encontram-se sempre à margem da atuação da saúde pública. Outro problema é que, nem no município e nem na região Sul do estado de Goiás, existem hospitais especializados em oncologia.

O projeto que permitiu a fundação do NAPCI foi aprovado pela câmara municipal de Itumbiara em 2002. Nesse período, a população era “representada” por dez vereadores.

Na ocasião, o presidente da câmara era o senhor Fernando Andrade, que relatou em entrevista alguns aspectos da conjectura política que o município vivia, as angústias e descontentamentos pelos quais a sociedade passava.

Naquela época, eu estava entrando no segundo mandato como presidente da casa. As pessoas mais pobres da cidade me procuravam para ajudar um parente que estava com aquela doença, pedia remédio, dinheiro, algum tipo de ajuda mesmo para não morrerem à míngua.⁵⁴

Percebe-se aqui que a iniciativa de resolver o problema partiu de fato da população que carecia de atendimentos e que buscava mecanismos para amenizar o sofrimento, todavia essas mesmas pessoas não sabiam por onde começar.

Analisando a fala do ex-presidente da câmara dos vereadores, percebi que a população reivindicava ajuda, mas não sabia como resolver a situação e com isso também fica claro que a ideia de criar uma ONG não partiu das pessoas e sim dos vereadores.

Em entrevista, o senhor Fernando Andrade relatou que criar uma instituição juridicamente definida como ONG, seria melhor para os doentes que precisavam de rápido atendimento e seria mais fácil conseguir subvenções, financiamentos para auxiliar a entidade com verba pública e também com doações de empresas privadas.

Criar um projeto de Lei para a permissão da fundação de uma ONG é algo que oferece destaque aos vereadores que aprovaram o projeto. Mostra compromisso com o social. Os órgãos estaduais e federais reconhecem e liberam verbas para esse tipo de trabalho com mais facilidade que, por exemplo, uma empresa.⁵⁵

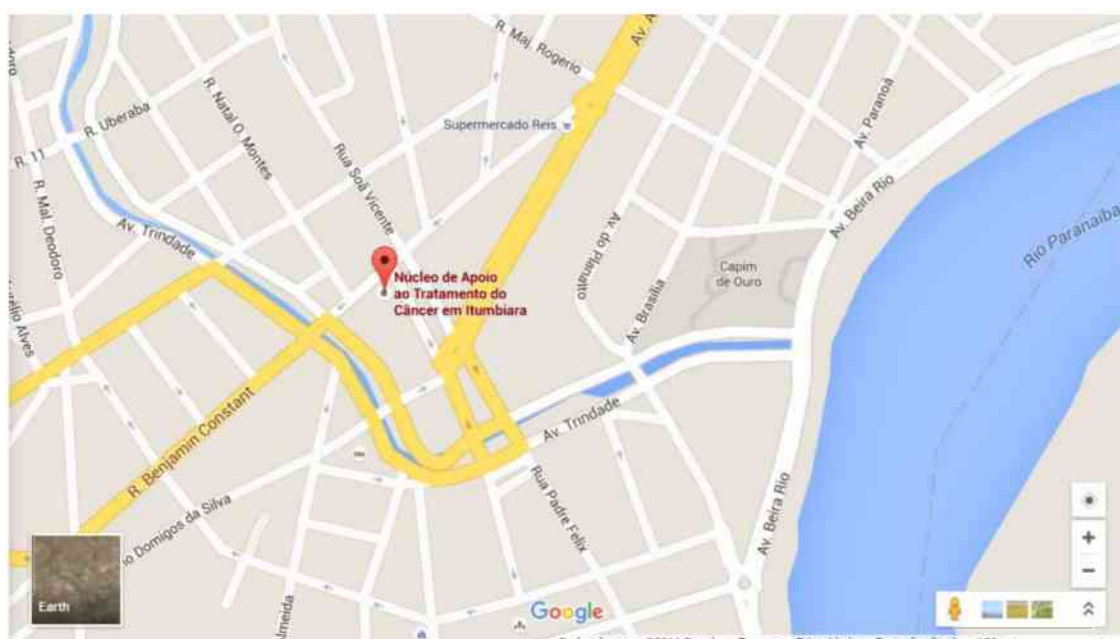
⁵⁴ ANDRADE, Fernando. Depoimento [jul. 2015]. Entrevistador: Flaviano José Rodrigues Silva. Itumbiara: Casa do entrevistado. Entrevista concedida à pesquisa.

⁵⁵ ANDRADE, Fernando. Depoimento [jul. 2015]. Entrevistador: Flaviano José Rodrigues Silva. Itumbiara: Casa do entrevistado. Entrevista concedida à pesquisa.

No início da fala de Fernando Andrade, ele menciona que “criar um projeto de Lei para a permissão da fundação de uma ONG é algo que oferece destaque aos vereadores que aprovam o projeto”. Isso parece ser um mecanismo encontrado por ele de conferência de valor a quem aprovou a criação da ONG.

Destaco, neste momento, o interesse dos parlamentares de apropriação de uma ideia que não é deles. Fernando Andrade demonstra, em seu comentário, uma busca de apropriar-se da luta das pessoas que sofrem com uma doença letal e elabora um projeto para a abertura de uma ONG, que hoje é o NAPCI, como se fosse um “presente” da gestão para os necessitados.

Após a aprovação do projeto como entidade de Utilidade Pública, a instituição ficou devidamente regularizada como uma organização de direito privado, não governamental e sem fins econômicos. A instituição está localizada no município de Itumbiara – GO, na Rua Benjamin Constant, Centro, em uma das principais avenidas de Itumbiara. Conforme *mapa*⁵⁶ a seguir:



Para melhor entender o assunto e realizar uma pesquisa acadêmica de qualidade, realizei algumas leituras na tentativa de conceituar ONG – Organização Não

⁵⁶ Mapa do município de Itumbiara. Disponível em:
<https://www.google.com.br/maps/place/N%C3%BAcleo+de+Apoio+ao+Tratamento+do+C%C3%A2ncer+em+Itumbiara/@-18.4158434,-49.2184568,16.75z/data=!4m5!3m4!1s0x94a10d702c2b15c7:0x3a86e4ba1c296b2c!8m2!3d-18.4160734!4d-49.2178329>

Governamental – uma expressão que admite muitas interpretações. Nesse sentido, sua definição abrange qualquer organização não estatal.

As ONG's podem atuar nos mais diversos segmentos: educação, saúde, meio ambiente, inclusão social, enfim o campo é muito vasto, entretanto é muito raso o que sabemos sobre as intenções e os objetivos de cada uma delas.

Em um breve levantamento histórico, de cunho geral e internacional, o termo ONG, surgiu logo após a Segunda Guerra Mundial, com a criação da ONU – Organizações das Nações Unidas. No caso brasileiro, as ONGs surgiram no seio de muitos movimentos sociais, movimentos estes oriundos de muito descaso público.

Lendo o trabalho de Cíntia Aparecida Moraes, percebi que alguns autores realizam uma leitura muito simples acerca do conceito ONG, como evidencia a citação a seguir:

Uma ONG se define por sua vocação política, por sua positividade política: uma entidade sem fins de lucro cujo objetivo fundamental é desenvolver uma sociedade democrática, isto é, fundada nos valores da democracia, liberdade, igualdade, diversidade, participação e solidariedade. (...) As ONGs são comitês da cidadania e surgiram para ajudar a construir a sociedade democrática com que todos sonham.⁵⁷

A autora define ONGs sob o viés de que essas instituições só farão bem à sociedade, apresentando-as como “salvadoras da pátria”, capazes de erradicar os problemas sociais enfrentados pelo povo.

As ONGs podem consolidar novos sujeitos políticos e atender interesses de grupos específicos, o que não implica ser um “comitê da cidadania”, bem como buscar uma sociedade mais solidária e democrática.

Essas instituições são descritas, geralmente, com muitos adjetivos positivos, como se não apresentassem problemas de corrupção, tráfico de influências e clientelismo. Outro mito erguido solidamente a respeito dessas entidades é seu caráter voluntário, altruísta. É preciso realizar uma análise mais robusta sobre ONG, para isso, Rodrigo Rossi Horochovski, alerta:

As ONGs adotam, então, o modelo de “Projeto”, pleiteando recursos públicos e privados que possibilitem a prestação de serviços a seu

⁵⁷MORAIS, Cíntia Aparecida. Estudo das ONGs que trabalham em prol da saúde e bem-estar de pacientes com câncer. Universidade do Vale do Paraíba. p. 05. 2005.

público-alvo. O Estado passa a enxergar as ONGs como parceiras no atendimento de carências que não pode suprir sozinho em sua busca por equilíbrio fiscal e diminuição de gastos. Neste contexto, as ONGs legitimam-se. Vencer neste campo passa a ser uma marca distinta, um capital social importante na sociedade e para a captação de recursos.⁵⁸

A análise de HOROCHOVSKI me permitiu entender essa necessidade de as ONGs recolher cada vez mais incentivos públicos e privados e isso se aproxima das práticas de meu objeto, a história do NAPCI. Ou seja, além de oferecer o transporte, cestas básicas, leite em pó, a instituição ainda realiza ações de combate ao câncer no município de Itumbiara, considerando todos os aspectos de prevenção, pesquisa, tratamento e assistência social. Esse aumento de prestações amplia sua área de atuação o que lhe permite ficar angariando verbas públicas e privadas.

Em um primeiro momento, tive a necessidade de analisar vários jornais e periódicos do município para que pudesse tecer argumentos a respeito tanto da saúde pública de Itumbiara quanto da própria instituição NAPCI. Há alguns anos que a imprensa vem ganhando cada vez mais importância no âmbito da pesquisa histórica.

A importância crucial dos meios de comunicação na atualidade faz da reflexão sobre a comunicação social um campo interdisciplinar estratégico para a compreensão da vida contemporânea. Sistemas de satélites e cabos, novas tecnologias e redes de informação, a comunicação sem fio e digital, televisão aberta e a cabo, rádio, computador, celular, jornais, revistas, sites blogs, emails, chats, torpedos, sinalizam o grande emaranhado de tecnologias, artefatos e mensagens que invadem nosso cotidiano configurando as redes de comunicação e informação que se organizam na atualidade (...). Particularmente em relação à imprensa, é fácil constatar que seu uso, faz algum tempo, encontra-se disseminado nos ambientes de trabalho das ciências sociais e da humanidade. Nos diversos campos de pesquisa, da comunicação à semiótica, da crítica literária à educação, a imprensa aparece como fonte e também como objeto de pesquisa.⁵⁹

O problema a ser enfrentado nesta etapa da pesquisa, foi mensurar até que ponto, determinados veículos da imprensa tinham compromissos com a verdade ou com grupos políticos. É de nosso conhecimento que boa parte da imprensa apresenta relativo desconforto sobre seu engajamento e parcialidade.

⁵⁸ HOROCHOVSKI, R. R. Estratégias de Legitimação no terceiro setor: o caso da Pastoral da Criança. Curitiba, 2000. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

⁵⁹ CRUZ, Heloisa de Faria e PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. *Na Oficina do Historiador: Conversas sobre História e Imprensa*. p. 254.

Sob esse prisma, é importante considerar alguns elementos importantes acerca dos noticiários para que nós, historiadores pesquisadores, não cometamos a reprodução de inverdades e/ou informações que promovam grupos ou instituições hegemônicas.

Os diversos materiais da imprensa, jornais, revistas, almanaques, panfletos, não existem para que os historiadores e cientistas sociais façam pesquisa. Transformar um jornal ou revista em fonte histórica é uma operação de escolha e seleção feita pelo historiador e que supõe seu tratamento teórico e metodológico. Trata-se de entender a imprensa como linguagem constitutiva do social, que detém uma historicidade e peculiaridades próprias, e requer ser trabalhada e compreendida como tal, desvendando, a cada momento, as relações imprensa/sociedade, e os movimentos de constituição e instituição do social que esta relação propõe.⁶⁰

Ainda discutindo a imprensa como fonte para trabalhos acadêmicos, percebi que parcelas consideráveis dos noticiários itumbiarense confrontam-se entre si, pois alguns proprietários da imprensa insistem em publicar constantemente as melhorias nos serviços de saúde pública de Itumbiara, enquanto outros partem para o enfrentamento apresentando outra realidade da cidade. Esse fato isola o sofrimento ou não de muitos sujeitos, uma vez que as notícias veiculadas no município denotam discrepância e, com isso, percebemos que os noticiários influenciam modos de agir e pensar, “forçando” também a reprodução por parte de seus leitores.

(...) ainda é preciso refletir sobre nossos procedimentos e modos como lidamos com a imprensa em nossa prática de pesquisa para não tomá-la como ou espelho ou expressão de realidades passadas e presentes, mas como uma prática social constituinte da realidade social, que modela formas de pensar, agir, define papéis sociais, generaliza posições e interpretações que se pretendem compartilhadas e universais. Como expressão de relações sociais, a imprensa assimila interesses e projetos de diferentes forças sociais que se opõem em uma dada sociedade e conjuntura, mas articula segundo a ótica e a lógica dos interesses de seus proprietários, financiadores, leitores e grupos sociais que representa. (...) o ponto central de nossas reflexões passa por uma atenção às disputas e lutas que marcam a produção social da memória, considerando a imprensa um dos lugares privilegiados para a construção de sentidos para o presente e uma das práticas de memorização do acontecer social.⁶¹

⁶⁰ CRUZ, Heloisa de Faria e PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. *Na Oficina do Historiador: Conversas sobre História e Imprensa*. p. 258.

⁶¹ MACIEL, Laura Antunes. Produzindo notícias e histórias: algumas questões em torno da relação telégrafo e imprensa – 1880/1920. In: FENELON, Déa R. et. AL (Orgs.). *Muitas Memórias, Outras Histórias*. São Paulo: Olho d' água, 2005.p.15.

Buscando melhorar e encorpar ainda mais minhas fontes históricas, procurei experiências individuais tanto por parte de funcionários do NAPCI – Núcleo de Apoio ao Portador de Câncer de Itumbiara como de seus usuários, por meio de narrativas orais e, por questões relacionadas à ética, optei por não mencioná-las neste trabalho

Tal qual a imprensa, as narrativas orais exigem de nós, pesquisadores, muita cautela e ponderação para que não acabemos elaborando interpretações equivocadas e nem negligenciemos nenhuma informação.

Partindo desse pressuposto, a história oral pode sim ser uma alternativa crítica, como afirma Alessandro Portelli:

Acredito na história oral precisamente porque ela pesquisa a memória de indivíduos como um desafio a essa memória concentrada em mãos restritas e profissionais. E penso que parte de nosso desafio é o fato de que realmente encaramos a memória não apenas como preservação da informação, mas também como sinal de luta e como processo em andamento. Encaramos a memória como um fato da história; memória não apenas como um lugar onde você ‘recorda’ a história, mas memória ‘como’ história. Nisto é que temos trabalhado constantemente. De um lado, construímos arquivos (...) porque se trata de um recurso inestimável para que a memória não seja esquecida; de outro, insistindo no fato de que a memória é um processo, algo que está acontecendo no exato momento, do qual todos nós estamos vivenciando.⁶²

O interesse que essas instituições sem fins lucrativos possuem em permanecer de “portas abertas”, a fim de prosseguir oferecendo seus serviços à população, bem como continuar recebendo os incentivos públicos e privados.

Setores da sociedade civil, neste sentido, transformam-se em um mecanismo capitalista e que inclusive desmobilizam possíveis movimentos sociais, ou seja, o que era para ser questionador frente às ações do Estado causa um imobilismo nas práticas reivindicatórias.

O ex-presidente da República, Fernando Henrique Cardoso publicou no *site* do “Projeto Comunidade Solidária” a seguinte afirmação:

A organização de uma sociedade constituída comporta três âmbitos ou setores: 1º) O Primeiro Setor é o Estado, corresponde à emanção da vontade popular, pelo voto, que confere o poder ao governo; 2º) O Segundo Setor é o Mercado, correspondente à livre iniciativa, que define a agenda econômica usando o lucro como instrumento; 3º) O

⁶² PORTELLI, Alessandro. Memória e diálogo: desafios da história oral para a ideologia do século XXI. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e outros (orgs.). *História Oral: Desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Fiocruz/FGV, 2000, p. 69.

Terceiro Setor corresponde às Entidades da Sociedade Civil, voltadas para preocupações e práticas sociais, sem fins lucrativos. (disponível em: www.comunidadesolidaria.org.br.⁶³

Essa afirmação de Fernando Henrique Cardoso reforça a ideia de a sociedade civil, chamada por ele de O Terceiro Setor, é espaço homogêneo, voltado essencialmente às práticas sociais, descaracterizando, com isso, o possível papel reivindicador, sobretudo de organizações populares. Sobre o NAPCI,

Uma instituição que orienta e assiste o portador de câncer assegurando não só o transporte de ida e volta para os centros de tratamento da doença, mas também o agendamento de consultas e exames.⁶⁴

É perceptível na matéria da Revista “Mais Saúde”, que o NAPCI surgiu primeiro com o propósito de apenas oferecer o traslado aos seus usuários, entretanto passou a oferecer mais serviços à população dependente. Esse acúmulo de serviços prestados pode ser considerado uma tentativa de permanência de mercado.

A maioria dos atendidos é formada por pessoas que não possuem condição social alguma de viabilizar seu tratamento e se encontram sempre à margem da atuação da saúde pública. Outro problema é que nem no município e nem na região sul do estado de Goiás, existem hospitais especializados em oncologia.

A não existência de hospitais especializados no município de Itumbiara – GO, gera nos pacientes portadores de câncer o medo de não conseguirem o tratamento para a doença e acoplado a este medo surge também o desejo de se tratar em grandes centros de referências, como no Hospital do Câncer de Barretos, Barretos – SP e no Hospital Araújo Jorge, Goiânia – GO.

Fundado por Rosângela Machado Barbosa Santos, já falecida, e mais 14 portadores de câncer, o núcleo assiste hoje mais de 800 pacientes portadores de câncer, com ênfase no agendamento de consultas e transporte de doentes para os centros de referência de tratamento em Goiânia – GO e Barretos⁶⁵

A citação acima evidencia que eram pessoas que sofriam com o câncer e que não possuíam condições de pagar o tratamento. O sofrimento causado pela doença e a

⁶³ PAULA, Dilma Andrade de; MENDONÇA, Sonia Regina de. (Orgs.). Sociedade Civil: Ensaios Históricos. Dilma Andrade de Paula; Sonia Regina de Mendonça (Orgs.). Jundiaí, Paco Editorial: 2013. P. 10.

⁶⁴ Revista Mais Saúde. Itumbiara-GO, setembro de 2009. Ano II. Nº 14. Não paginada.

⁶⁵ Revista Mais Saúde. Itumbiara-GO, setembro de 2009. Ano II. Nº 14. Não paginada.

precariedade do serviço público de saúde, “forçaram” essas pessoas a se mobilizar e criar a ONG.

Ainda em se tratando de manutenção de mercado, que Fontes⁶⁶ chamou de “conversão mercantil filantrópica”, o NAPCI, a partir de meados de 2009, passou a acumular mais responsabilidades, para garantir sua necessidade frente aos problemas sociais enfrentados pelos pacientes. Tal “conversação” significa, segundo Fontes:

O que parece importante ressaltar é o duplo movimento que aqui ocorre: de um lado, intensifica-se a adesão ao formato predominante do capitalismo-imperialismo, de atuação interna e voluntariamente coligada às frentes móveis de ação internacional do capital, apagando-se a relação capital/trabalho (ou a existência de classes sociais) (...) de outro introduzia-se uma cunha entre questões imediatas e problemas estruturais (...) e difundia-se a crença na possibilidade de solução de transtornos urgentes, contanto que se postergassem ou abandonassem as questões referentes à própria organização de conjunto da vida social.⁶⁷

Realizando algumas análises em revistas, livros periódicos e jornais de produção local, como *Jornal Opção*, *Jornal Folha de Notícias*, *Jornal O Regional*, *Revista Mais Saúde*, Livro de Péron Franco (*História de Itumbiara*) e o livro *Itumbiara, um século e meio de história*, de Sidney Pereira de Almeida Neto, percebi que o NAPCI – Núcleo de Apoio ao Portador de Câncer de Itumbiara não cessou o aumento de serviços prestados, ainda no mesmo ano de 2009, a instituição junto a um convênio com o Ministério do Desenvolvimento Social, passou a receber doações de 222 quilos de alimentos e a oferecer assistência jurídica, psicológica e odontológica aos seus beneficiados. Esses novos serviços acumulados podem ser entendidos como um mecanismo legitimador do NAPCI, para continuar realizando suas atividades.

Nesta instituição pesquisada, observei que há o apoio das três esferas de governo: prefeitura, estado e União. Ao contrário do que eu pensava no início da pesquisa, percebo hoje, na verdade, significativa participação do Estado sobre essas entidades filantrópicas.

Além disso, o NAPCI oferece assistência psicológica, odontológica, social e jurídica, tudo à base de doações e subvenções mantidas pelos poderes públicos e pela iniciativa privada, sem nenhum tipo de gasto por parte dos seus beneficiários. Quatrocentos e cinquenta dos oitocentos beneficiários do núcleo recebem semanalmente 222 quilos

⁶⁶ FONTES, Virgínia O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história. / Virgínia Fontes. 2. ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010., p. 230.

⁶⁷ FONTES, Virgínia O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história. / Virgínia Fontes. 2. ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

de alimentos entre carnes, frutas, legumes e verduras mediante convênio com o Ministério do Desenvolvimento Social. A entidade funciona em uma sala cedida pela prefeitura na antiga Estação Rodoviária e conta com uma secretária e três motoristas cedidos pela prefeitura e duas jovens do Programa Primeiro Emprego do governo do estado de Goiás, além de seu integrante principal, o presidente Itamar de Paula e Silva, de 52, aposentado que dedica exclusividade ao trabalho voluntário sem nenhum tipo de remuneração.⁶⁸

Além das subvenções por parte dos governos, o NAPCI também angaria verbas oriundas da iniciativa privada. Como afirma o presidente Itamar de Paula em entrevista concedida à Revista Mais Saúde:

Mais Saúde: Fale-nos dos parceiros do NAPCI.

Itamar: Recebemos da Pioneer Sementes há três anos, uma contribuição de R\$ 310,50 que cai em nossa conta todos os meses. Também recebemos da Alcafoods uma partida de sucrilhos todos os meses que são destinados ao lanche do pessoal. Recebemos ajuda da prefeitura de Itumbiara em relação ao transporte assim como uma subvenção mensal que no início era de R\$ 1.500,00 e hoje é de R\$ 2.100,00 além do pagamento do salário de nossa secretária, mais R\$ 600,00 mensais para o custeio do lanche no trajeto Itumbiara/Barretos (...) Em relação ao Governo Federal recebemos recursos para a aquisição de alimentos junto ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome através do Programa Agricultura Familiar para distribuir entre os portadores de câncer mais carentes. Recentemente recebemos do Governo Federal através do deputado Jovair Arantes, dois micro-ônibus para o transporte do pessoal para Goiânia e Barretos, o que veio resolver definitivamente o problema de transportes.⁶⁹

Além de oferecer o transporte, cestas básicas, leite em pó, assistência odontológica e psicológica a instituição ainda realiza ações de combate ao câncer no município de Itumbiara, considerando todos os aspectos de prevenção, pesquisa e tratamento, que são divulgados nas principais emissoras de rádio da cidade.

A instituição participa todos os anos, desde 2004, do “Arraiá de Itumbiara”, festejo municipal que acontece durante o período das festas juninas. Durante esse período acontecem mega shows com cantores do mundo sertanejo e, ainda, são realizados casamentos comunitários.

⁶⁸Revista Mais Saúde. Itumbiara-GO, setembro de 2009. Ano II. Nº 14. Não paginada.

⁶⁹Revista Mais Saúde. Itumbiara-GO, setembro de 2009. Ano II. Nº 14. Não paginada.

Todas as instituições filantrópicas da cidade participam do evento para arrecadar fundos vendendo comidas típicas de Goiás, além de divulgar seus trabalhos e projetos sociais.

Arraiá de Itumbiara: festa acontece de 23 a 28 de junho. O evento Arraiá de Itumbiara, que vai de 23 a 28 de junho, tem como primeira atração na abertura, a presença de Cristiano Araújo. O lançamento do Arraiá aconteceu, dia 29, no Palácio Doze de Outubro, com a tradicional renovação de convênios, com entregas de cheques, entre prefeitura municipal e entidades filantrópicas do município. Denominado “Arraiá das Águas”, terá outras atrações que serão anunciadas nos próximos dias. (...) O valor total a ser destinado às entidades, será de R\$ 8.324.185.⁷⁰

Perscrutando em outro jornal do município de Itumbiara e região, constatei que o excesso de portadores de câncer da cidade de Itumbiara acarreta problemas para além de suas fronteiras. Os pacientes que precisam se tratar fora da municipalidade são muitos e por isso, além de superlotação nos centros oncológicos que os atendem, ocorre a falta de bolsas de sangue e até de medicamentos.

Diante desse fato, o presidente da instituição promove, duas vezes por ano, campanhas para doação de sangue que objetivam ampliar o estoque para os pacientes de Itumbiara e região que carecem do tratamento.

No próximo dia 15 de setembro, das 08 às 17 horas, no Colégio Diocesano será realizado em Itumbiara mais uma campanha para coleta de sangue para abastecer o Banco de Sangue do Hospital Araújo Jorge de Goiânia, que atende a maioria dos portadores de câncer do município. (...) A coleta de sangue em Itumbiara será mais uma vez realizado através da parceria entre o NAPCI, Colégio Diocesano e Hospital Araújo Jorge, que traz toda estrutura para que a coleta possa ser realizada. (...) Itamar destaca ainda a parceria com o Colégio Diocesano, que tem realizado uma intensa divulgação da coleta de sangue junto a seus alunos, que tem repassado aos pais a importância de fazer a doação, para que possa se formar estoque no Araújo Jorge em Goiânia, já que o número de pacientes de Itumbiara é considerável.⁷¹

Ainda é realizada a colaboração na execução de políticas públicas principalmente na área da saúde em oncologia, especialmente na integração com a comunidade local. Nesse sentido, divulgar e estimular a prevenção do câncer, orientar o caminho correto dos pacientes com suspeita de tumores é também uma proposta do NAPCI.

⁷⁰O Regional. Ano 30. Itumbiara-GO. Edição não informada..

⁷¹Jornal Interativo: O Diário de Nossa Gente. Ano III. Nº 309. 2010.

Apesar da transparência entre as atribuições do Estado e das entidades não governamentais ocorrerem de maneira informal, bem como a fiscalização do Estado, o atual presidente do NAPCI, o Senhor Itamar de Paula, afirma e dispõe de documentos que comprovam a receita da instituição para assegurar sua lisura.

Em seu depoimento ⁷², Itamar garante que a relação da entidade com o Poder Público, ocorre de maneira satisfatória, pois, em gestões anteriores, muitos repasses de verbas não eram feitos. A administração municipal (Prefeito em exercício no ano de 2012) tem honrado os repasses de verba para a instituição.

(...) O Prefeito José Gomes da Rocha foi o único prefeito que procurou as entidades filantrópicas para estar fazendo essa ajuda... essa subvenção. (...) Começou com treze entidades e hoje têm dezoito. (...) Todo início de ano ele pega a documentação de todas as instituições e faz um pacote dessa documentação e manda via deputado federal Jovair Arantes – PTB - GO e Rubens Otoni – PT – GO, entram no Social da União, em Brasília, daí é estipulado os valores para cada instituição (...) a verba vem via Prefeitura Municipal de Itumbiara e faz o repasse para as entidades.⁷³

Na fala de Itamar percebi que o número de entidades filantrópicas que buscaram o poder municipal aumentou em Itumbiara graças à “regularidade” dos repasses realizados pela prefeitura. É inegável o interesse econômico de algumas dessas instituições, portanto não se pode cometer o equívoco de generalizar as ONGs como sendo algo puro, imaculado e “independente” do Estado.

Falando, ainda, em benefícios e recrutamento de incentivos, segundo o presidente do NAPCI, o atual deputado estadual por Goiás, Álvaro Soares Guimarães (PR), conseguiu para a instituição uma ambulância, melhorando a qualidade do transporte, que oferece mais conforto aos pacientes mais debilitados pela doença ou pela idade. Apesar da doação de uma ambulância, a demanda de pacientes que necessitam se deslocar até Barretos é muito grande, visto que a instituição atende mais de mil pessoas.

(...) O deputado Estadual Álvaro Soares Guimarães, ele nos deu uma ambulância. Essa ambulância que está levando os pacientes para Goiânia e Barretos, que inclusive é difícil o dia que não precisa de uma ambulância (...) Então, os pacientes que já estão com bastante idade e não aguentam mais está indo no microônibus, vão nesta ambulância.⁷⁴

⁷² A entrevista foi realizada no dia 17 de outubro de 2011, na sede do NAPCI, localizada na rua Benjamin Constant, Centro, Itumbiara – GO.

⁷³ Depoimento de Itamar de Paula, presidente do NACI, concedido em 17/10/2011.

⁷⁴ Idem.

De acordo com o discurso proferido em entrevista para este trabalho, o deputado Álvaro fala como se os problemas de todos os usuários do NAPCI, no que diz respeito ao tratamento de câncer, estivessem resolvidos.

Em entrevista concedida pela senhora Divina Nascimento (pseudônimo), compreendi que, mesmo se houvesse a compra de mais outras dez ambulâncias, com aparelhos adaptados e total conforto, os problemas dos pacientes não serão resolvidos.

A viagem a Barretos é muito longa e cansativa e a estrada – até o momento da entrevista – apresentava-se em condições de regular para ruim, na opinião dos usuários do transporte e, além desses detalhes, os portadores de CA que necessitam da quimioterapia têm sofrimento multiplicado, conforme aponta Divina Nascimento:

A gente levanta de madrugada pra pegar o transporte pra chegar bem cedinho no hospital, porque se demora muito, a gente perde o atendimento. Eu e mais umas cinco pessoas temos que fazer radioterapia e quimioterapia. Meu filho do céu, a volta pra casa parece que aumenta a distância. É tanta dor, um mal-estar, a gente faz vômito, precisa parar toda hora, porque não tem banheiro. É muito sofrido.⁷⁵

Confesso que me sensibilizei tanto no momento da entrevista quanto na transcrição da mesma. O problema dessas pessoas não será resolvido comprando ambulâncias, micro-ônibus, ônibus e outros veículos. Essas pessoas precisam de um hospital próximo de suas casas, de suas famílias e amigos.

A maioria dos pacientes é atendida no Hospital Araújo Jorge (Goiânia), situado a mais de duzentos quilômetros de Itumbiara, portanto dois micro-ônibus foram destinados para realizar o trecho Itumbiara-Goiânia e o outro leva os demais pacientes para Barretos. Nesse sentido, observa-se que os representantes do povo não almejam, pelo menos até a data final dessa pesquisa, instalar no município de Itumbiara um centro especializado em oncologia, pois o poder público opta por oferecer o transporte em vez do tratamento.

Desse modo, apesar do apoio recebido atualmente e da doação da ambulância, o presidente do NAPCI acredita que a demanda pelo serviço de ambulância para atender aos necessitados do município de Itumbiara continua muito grande, pois o horário e os dias de consultas variam de paciente para paciente e o transporte é sempre oferecido nas segundas, quartas e sextas-feiras.

⁷⁵ Idem.

A necessidade de outras ambulâncias é muito grande, uma vez que não há uma sinalização para uma possível construção de um hospital especializado em oncologia em Itumbiara e há pacientes com idade já muito avançada e/ou operados, com isso, a viagem é sofrida ou impossibilitada, pois o microônibus não oferece os recursos emergenciais, para não dizer paliativos, que a ambulância oferece, caso algum paciente sintasse mal durante o percurso.

Como já foi mencionado, o empresariado da cidade também doa verbas, mão de obra e alimentos para a instituição, como é o caso da multinacional Pioneer, que repassa mensalmente a importância de R\$325,00 mediante um contrato renovado anualmente. A parceria já se estende por seis anos. A empresa alimentícia Alca Foods doa ao NAPCI cereais matinais que são repassados aos pacientes atendidos pela entidade, a Caramuru Alimentos oferece aos pacientes cestas básicas dos produtos caramuru, como óleo de soja, cuscuz, pipoca e outros derivados do milho.

Durante as festividades do “Arraiá de Itumbiara”, todas as entidades filantrópicas da cidade montam barracas, onde são vendidas comidas típicas. Nesse período do ano, o NAPCI recebe da empresa Cargill a quantidade necessária de gordura vegetal para preparar seus pratos. O dinheiro arrecadado é revertido para o cofre de cada instituição.

A entidade conta com aproximadamente 16 funcionários, entre diretores, agentes sociais e psicólogos, tidos pelo presidente como insuficientes para a gama de pacientes que, segundo o Senhor Itamar de Paula, são aproximadamente 1 200 usuários. Outro problema apontado pelo gestor é a falta de espaço físico da instituição, tendo apenas duas salas estreitas, um banheiro e uma cozinha⁷⁶, totalizando 75 m².

Existe uma promessa de reforma e ampliação da sede do NAPCI, prevista para três anos, que consiste na construção de mais duas salas, sendo uma para a psicóloga e a outra para a assistente social, e a construção de um salão de espera, onde os pacientes aguardarão pelo atendimento ou pelo agendamento de viagem.

A atuação de Itamar de Paula na administração do NAPCI vem de longa data. Conforme seu depoimento, seu trabalho é realizado voluntariamente até hoje. Desde o início da atuação do NAPCI em Itumbiara, ele atuou em todos os cargos antes de assumir a liderança da instituição, foi tesoureiro por dois anos, diretor por cinco anos e é

⁷⁶ Depoimento de Itamar de Paula, presidente do NACI, concedido em 17/10/2011.

presidente já por seis anos, fato este que demonstra o seu largo conhecimento dos trâmites políticos inerentes à administração da ONG.

Itamar deixa muito claro, na entrevista concedida, o seu descontentamento com o SUS – Sistema Único de Saúde – e com a saúde pública de Itumbiara. A pasta da saúde de Itumbiara recebe apenas 22% da arrecadação do município, número muito insignificante diante da necessidade de investimentos, como medicamentos de alto custo, prédios em deteriorização, aparelhos sucateados e míseros salários aos profissionais da área.

Durante a conversa, Itamar ainda aponta uma solução para melhorar o atendimento do SUS, que é o reajuste salarial de enfermeiros, anestesistas, não apenas os salários dos médicos, mas também de outros profissionais. O Estado também deveria contratar pessoas que demonstrem interesse pelo emprego, que gostem de ajudar o próximo, sobretudo quando o assunto é sobre enfermidade.

No caso do município de Itumbiara, o atendimento no Hospital Municipal é péssimo, segundo o presidente do NAPCI; ele afirma que os funcionários desse estabelecimento trabalham de mal com a vida.

(...) a gente sabe que 22% é pouco, a demanda é maior do que isso, como a compra de medicamentos caro, enfim, é pouco.

Eu acho que o que falta mesmo para este atendimento SUS ser um atendimento melhor, (...) Se as pessoas que trabalham na saúde pública forem mais bem remuneradas, enfermeiros, anestesistas e outros funcionários, melhora o atendimento.

Outro elemento importante é gostar do serviço, do próximo, do ser humano, para atender com mais atenção.

Vou citar um problema de Itumbiara, (...) o atendimento é péssimo, essa é a realidade, são pessoas que parecem estar de mal com a vida. Se alguém que necessita de atendimento já vem uma enfermeira afere a pressão, a temperatura, já deu o ponta-pé inicial do atendimento. Porém, isso não acontece.⁷⁷

Outro problema mencionado por Itamar de Paula é a burocracia do atendimento público. De acordo com ele, o NAPCI busca desburocratizar cada vez mais o atendimento e agendamento de viagens, pois o portador de câncer não pode esperar, o seu tratamento deve ser realizado em tempo hábil. Todos sabem da agressividade de um tumor, no entanto, quanto antes iniciar o tratamento, maior é a chance de cura.

⁷⁷ Depoimento de Itamar de Paula, op. cit.

Eu costumo dizer da seguinte forma: tudo que é para portador de câncer não é pra hoje é pra ontem. Isso no SUS não acontece, é papel pra lá, papel pra cá, e não pode ser assim e o NAPCI foi criado para estar oferecendo este apoio. A instituição absorve cerca de 75% dos atendimentos em oncologia no município de Itumbiara.⁷⁸

Nanci Valadares de Carvalho escreve sobre os problemas da burocracia em sua obra “Autogestão, o nascimento das ONGs” da seguinte maneira:

Onde a burocracia é fraca, a perspectiva de autogoverno será maior. Mas, de qualquer maneira, a burocracia se oporá ao autogoverno implícito na organização das pessoas. Como assinala Kotler: “Não há nada mais aterrador para um burocrata que a perspectiva de perder o controle sobre as vidas de seus clientes”, porque assim ele perde o seu poder também. (CARVALHO, 1995: 38)

Os órgãos públicos do Estado brasileiro apresentam as evidências salientadas por Nanci Valadares. O cidadão para ser atendido em sua própria cidade, precisa primeiro ir ao posto de saúde para se “consultar” com um médico clínico geral, para que o mesmo forneça ao paciente uma guia. Esta guia deverá ser apresentada no Hospital Municipal para que as atendedoras agendem a consulta para o médico indicado. Essa burocracia emperra muito o pleno, eficiente e ágil funcionamento dos atendimentos públicos, não só de saúde, mas de modo geral.

A tentativa de desburocratização realizada pelo NAPCI confere à entidade muito prestígio pelos sujeitos que necessitam de seus serviços. O fato de a população elogiar os atendimentos do NAPCI, apesar de não entender os processos que permeiam e os interesses que envolvem tanto a instituição quanto outros grupos, desperta interesses em muitos políticos locais.

Como é de conhecimento de boa parcela da população, muitos políticos buscam tirar proveito da instituição para fazer desta um curral de votos (prática comum no Brasil). Segundo Itamar, muitos vereadores pedem para que ele destine vagas para eleitores, utilizando frases como: “tire alguém que não está tão mal e coloque o meu paciente”. Os políticos locais exercem certa pressão sobre a pessoa do presidente, no entanto não há acordo por parte de Itamar, como pode ser observado:

Muitos vereadores tentam fazer pressão, infelizmente. (...) Liga pra mim e pede pra mandar um paciente canceroso, que na verdade vai lhe render voto, pedindo agendamento. (...) eles falam desse jeito “tira o seu José e põe o seu Manuel pra mim!”. Aí eu respondo, mas as vagas

⁷⁸ Idem.

já foram preenchidas. Não, não. Você tira um aí e pronto. Aqui comigo não existe isso, até mesmo porque eu não sou médico para avaliar quem está melhor ou pior. Jamais faço isso. É um trabalho voluntário, mas é feito com muita responsabilidade.⁷⁹

Apesar do assédio dos políticos locais, a maioria absoluta dos pacientes não tem vínculos com políticos e todos os usuários do NAPCI que foram entrevistados demonstram estar satisfeitos com o atendimento. Um desses pacientes, a senhora Joana Elenita Barroso⁸⁰, considera os funcionários como parte de sua família, graças à atenção dedicada, ao carinho com que é recebida. O seu contentamento com a instituição pode ser evidenciado no depoimento concedido:

Os funcionários são muito atenciosos, muito carinhosos com a gente, porque nós que somos portadores de câncer... Então a gente precisa muito de carinho, de atenção e, graças a Deus, o pessoal daqui é nota dez. Todo mundo, a equipe de trabalho do Itamar é muito ótima. Parabéns para eles.⁸¹

Na entrevista de Joana Elenita, é clara a carência e a fragilidade emocional dos portadores de CA. Diante do atendimento público hospitalar, nem sempre eficiente, um pouco de presteza já será algo muito valioso para esses sujeitos.

O sentimento de gratidão pelo serviço oferecido pela ONG analisada desmobiliza os movimentos sociais, desarticula interesses do bem comum e fortalece a instituição.

Dado o exposto, evidencia-se que o NAPCI está realizando um trabalho de grande responsabilidade no município de Itumbiara, porém são inegáveis as suas mudanças e adequações ao mercado, para manter-se em plena atividade. Graças à precariedade do poder público é que essas instituições existem, no entanto, seus serviços realizados são de extrema importância social, mesmo que para isso sofram as mudanças das tendências de mercado.

Para nível de informação, elenquei duas das inúmeras ONGs – Organizações Não Governamentais que atuam no Brasil e prestam o mesmo tipo de trabalho que o NAPCI. Na situação, pesquisei a AACC – Associação de Apoio a Criança com Câncer e a APDE – Associação dos Portadores de Doenças Especiais, ambas atuam

⁷⁹ Idem.

⁸⁰ Por motivos de ética, utilizei pseudônimo para preservar a identidade de todos os entrevistados portadores de CA.

⁸¹ Depoimento Joana Elenita Barroso, atendida pelos serviços do NAPCI, concedido em 17/10/2011.

disponibilizando às pessoas carentes, transporte e hospedagem como apoio ao tratamento.

A AACC é uma organização sem fins lucrativos e surgiu no final da década de oitenta do século passado e oferece gratuitamente hospedagem, alimentação, transporte, assistência social, tratamento psicossocial e existencial a crianças com câncer e suas famílias que moram distantes de São Paulo, o maior centro de tratamentos dessa doença no País.

A instituição teve surgimento muito parecido com o NAPCI, uma vez que foi iniciada por um casal de brasileiros que levou o filho portador de CA para realizar tratamento em Seattle, USA, onde ficaram hospedados em uma casa de apoio norte-americana.

A AACC nasceu em 11 de abril de 1985, por iniciativa do casal José Marcus Rotta e Wanir Leão Cavalcanti Rotta, após experiência numa casa de apoio na cidade de Seattle, USA, no período de novembro de 1983 a abril de 1984, em decorrência do tratamento de seu filho Thiago Rotta, vítima de leucemia. A iniciativa do casal encontrou apoio em um grupo de pais com crianças com câncer, com propósitos de acolher crianças residentes fora desta capital, que necessitassem realizar tratamento oncológico. As famílias que moravam na periferia de São Paulo, que vinham do interior do estado ou de outras partes do Brasil e de países vizinhos não tinham onde permanecer com o paciente. Assim, muitas vezes hospedavam-se em albergues ou mesmo na rodoviária, não podendo oferecer alimentação e higiene adequada aos pacientes, acabando por abandonar o tratamento e voltando ao local de origem. A necessidade primária era então hospedar esses pacientes oferecendo condições de proximidade ao local de tratamento.⁸²

Assim como a AACC, a APDE – Associação dos Portadores de Doenças Especiais também foi fundada por pessoas que precisavam de tratamento e tiveram que se mobilizar para conseguir subsídios públicos a fim de salvar suas próprias vidas, o NAPCI foi fundado por quatorze pessoas que sofriam de CA e precisavam de tratamento especial.

A APDE é uma instituição paranaense que fornecia o traslado de pessoas com CA e que residiam em Paranavaí – PR para realizarem seu sonho de tratamento em Londrina.

⁸² <http://www.aacc.org.br/sobre>. Acessado em: março de 2016.

Dentro do mesmo quadro de Paranavaí, o município de Itumbiara não contava, ou melhor, não conta com serviços de oncologia, portanto o povo carente e necessitado reuniu forças para criar uma instituição não governamental, que na verdade é subsidiada pelo próprio Estado.

Essa situação nos remete a entendermos que as ONGs não eximem o Estado de suas responsabilidades e muito menos o torna pequeno, mas dependente dele em larga medida. O que ocorre é exatamente o contrário, as ONGs dependem do Estado consideravelmente.

A APDE é uma associação beneficente e está localizada na Av.: Lázaro Figueiredo Vieira, Nº 220, Jardim São Vicente, em Paranavaí – PR e que tem como proposta dar atendimento às pessoas carentes portadoras de câncer. Ela foi fundada em 22 de maio de 1997 por Sônia Cristina Poggi Burkot que, na época, era portadora de câncer de mama fazia parte do grupo de pacientes que se deslocava até a cidade de Londrina, para tratamento, uma vez que em Paranavaí não havia e ainda não há tratamento oncológico. Vendo as dificuldades dos pacientes, a carência, a falta de estrutura e de recursos financeiros para a aquisição de medicamentos, Sônia sentiu no coração que era preciso fazer alguma coisa. E, assim, foi à luta. Começou a sensibilizar pessoas para ajudá-la. Foi um trabalho muito difícil, porque o voluntário não nasce pronto: é uma mudança de atitudes muito lenta e que demanda tempo e vontade íntima de ajudar o próximo. Mas, ainda assim, a Sônia não desanimou. Mesmo lutando contra sua doença, não deixou de trabalhar em prol das pessoas carentes, portadoras de diversos tipos de patologias. Hoje a APDE é uma associação respeitada e mantida por grupo de voluntários que faz visitas aos pacientes; fazem encaminhamentos a consultas médicas e a tratamentos na cidade e fora do domicílio; transporta doentes; oferece cestas básicas de alimentos; mensalmente; alimentação suplementar e especial (tais como: suco de soja, água de coco, sustagem, sustaplast, leite de soja, frutas, nutrem, leite em pó, mucilon, sucos (néctar), etc...).⁸³

Assim como o NAPCI, percebemos na citação acima o desejo da APDE de permanecer e oferecer seus serviços sociais, bem como continuar a receber os incentivos e subsídios dos órgãos públicos.

⁸³ <http://www.institutogrpcom.org.br/ong/apdeparanavai>. Acessado em: março de 2016.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde o momento em que entrei em contato tanto com os usuários do NAPCI, quanto seus familiares, constatei que são marcados por uma vida de muitas dificuldades em vários setores, econômico, político, social, trabalho, enfim têm uma vida muito penosa.

Das pessoas que entrevistei para este projeto de pesquisa, algumas, infelizmente, não resistiram ao descaso público que, por conseguinte, culminou em suas mortes. Vale mencionar que durante o período em que conviveram com CA viviam, ou melhor, sobreviviam sempre no muito pouco, ou quase nada. São exemplos de pessoas que se acostumaram com as privações impostas por um sistema frágil e desumano.

Diante desse sofrimento, esses pacientes passaram a enxergar o NAPCI como uma importante via de acesso à dignidade, ao respeito e, principalmente, como algo indissociável de suas vidas, pois a instituição lhes oferece algo que eles não tinham: atendimento, oportunidade de tratamento, enfim, uma conquista de direito social.

Observando, lendo, pesquisando sobre o assunto proposto nesse trabalho, acredito ter conseguido entender a movimentação desses sujeitos na luta por melhores condições de vida e saúde, enfrentando os grupos dominantes da cidade.

Esse enfrentamento observado durante a pesquisa evidenciou outros aspectos da cidade que eram sufocados por materiais tendenciosos, que tentam propagar uma ideia de cidade perfeita, harmônica e moderna.

Em consonância ao que foi observado, a luta das pessoas para ter tratamento digno, culminou na fundação do NAPCI e este, por sua vez, se legitimou como entidade de caráter inviolável e essencial para o bem da cidade. Com isso, firmou-se em oferecer seu produto inicial, que era o traslado, e em seguida passou a oferecer maiores prestações garantindo seu pleno e contínuo funcionamento.

Dado o exposto, pode-se apontar, como sugestões para estudos futuros, novas pesquisas em outras modalidades de associações da sociedade civil, pois a realidade do NAPCI não pode ser generalizada para outras instituições afins.

REFERÊNCIAS

ABONG; AFINCO. Administração e Finanças para o Desenvolvimento Comunitário. Manual de Administração Jurídica, Contábil e Financeira para Organizações Não Governamentais. São Paulo: Peirópolis, 2003.

ALMEIDA, Sidney Pereira de: Itumbiara, um século e meio de história.

ANDRADE, Fernando. Fernando Andrade. Depoimento [julho. 2015]. Entrevistador: Flaviano José Rodrigues Silva. Itumbiara: Casa do entrevistado. Entrevista concedida ao projeto de pesquisa.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS. Instituto Brasileiro do Terceiro Setor. www.ibtsonline.org/index2.php. p. 07 e 08. Associação Paulista de Medicina. p. 09. Disponível em: www.apm.org.br.

ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE MEDICINA. p. 09. Disponível em: www.apm.org.br.

ATENÇÃO INTEGRAL DE SAÚDE DO CIDADÃO. Secretaria Municipal de Saúde. Itumbiara-GO.

BARROSO, Elenita Joana. *Joana Elenita Barroso*: depoimento [out. 2011]. Entrevistador: Flaviano José Rodrigues Silva. Itumbiara: Sede do NAPCI, 2011. Entrevista concedida ao projeto de pesquisa.

BATISTA, Luzia Teodoro. Luzia Teodoro Batista: depoimento [out. 2011]. Entrevistador: Flaviano José Rodrigues Silva. Itumbiara: Sede do NAPCI, 2011. Entrevista concedida ao projeto de pesquisa.

BLOCH, Marc. **Apologia da História, ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. SUS: avanços e desafios./Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Brasília: CONASS, 2006. Acesso em: abril.2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva, Sistema Único de Saúde (SUS): princípios e conquistas/Ministério da Saúde, Secretaria Executiva. Brasília: Ministério da Saúde, 2000. Acesso em: abril.2016.

CADERNO DE ATIVIDADES DIÁRIAS E PROGRAMAS. CAIS – Centro de Atenção Integrado à Saúde/Ano 2016. Disponível em: Secretaria Municipal de Saúde. CAIS - Centro de Atendimento Integral de Saúde.

CARDOSO, Fernando Henrique. Reforma do Estado. In: PEREIRA, L. C. B.; SPINK, P. (orgs.) Reforma do Estado e administração pública gerencial. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

CRUZ, Heloisa de Faria. O avesso das comemorações: memória, historiografia e o bicentenário da imprensa. In: *História E Perspectivas*, Uberlândia, n. 39, jul., p. 14, dez. 2008.

CRUZ, Heloisa de Faria e PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. *Na Oficina do Historiador*: Conversas sobre História e Imprensa.

FENELON, Déa R. Introdução. In: (Org.). *Cidades*. São Paulo: Olho d'Água, 1999.

FONTES, Virgínia *O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história*. / Virgínia Fontes. 2. ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

FONTES, V. “Sociedade Civil no Brasil contemporâneo: lutas sociais e luta teórica na década de 1980”. In: Neves, L. M. W; Lima, J. F. (Orgs.). *Fundamentos da Educação Escolar no Brasil Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Fiocruz/EPSJV, 2006.

FRANCO, Peron. História de Itumbiara.

VASCONCELOS. Gilmar. Gilmar Vasconcelos. Entrevista: Rádio Difusora. Itumbiara.

GOUVEIA, Miguel. Economia e segurança social. Longevidade e saúde: Uma Visão Económica . p. 05 e 06. Disponível em: <http://www.ordemeconomistas.pt/xportalv3/file/XEOCM_Documento/16007347/file/4a%20Conversa%20-%20Miguel%20Gouveia.pdf> Acesso em: Março de 2016.

INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER JOSÉ DE ALENCAR DA SILVA. Coordenação de Prevenção e Vigilância. Estimativa 2014: Incidência de Câncer no Brasil. RJ. 2014.

ITUMBIARA, o maior canteiro de obras de nossa história: O crescimento não pode parar. Departamento de Comunicação da Prefeitura Municipal de Itumbiara: Itumbiara, set. 2006. Informativo não paginado.

KHOURY, Yara Aun. Muitas Memórias, Outras Histórias: Cultura e o Sujeito na História. In: *Muitas Memórias, Outras Histórias*. FENELON, D.; MACIEL, L. A.; ALMEIDA, P. R.; KHOURY, Y. A. (orgs). São Paulo: Olho D'Água, 2004.

KRENISKI, Gislania Carla P. O Jornal Como Fonte Histórica: A Representação e o Imaginário Sobre o “Vagabundo” na Imprensa Brasileira (1989-1991). São Paulo. Jul/2011, p. 02. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300663138_ARQUIVO_artigovagabundos-1.pdf>.

MACIEL, Laura Antunes. Produzindo notícias e histórias: algumas questões em torno da relação telégrafo e imprensa – 1880/1920. In: FENELON, Déa R. et. al (Orgs). *Muitas Memórias, Outras Histórias*. São Paulo: Olho d'Água, 2005.

MORAIS, Cíntia Aparecida. Estudo das ONGs que trabalham em prol da saúde e bem-estar de pacientes com câncer. Universidade do Vale do Paraíba. p. 05. 2005.

HOROCHOVSKI, R. R. Estratégias de Legitimação no terceiro setor: o caso da Pastoral da Criança. Curitiba, 2000. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

PAULA, Dilma A. de. Desenvolvimento e Rodovias: Estado e política de Transportes no Brasil, 1950 – 1960. In: *História e Historiografia: perspectivas contemporâneas de investigação*. MACHADO, M. C. E PATRIOTA, R (orgs) Uberlândia: EDUFU, 2006.

PAULA, Dilma A. de; MENDONÇA, Sônia Regina de (orgs.). *Sociedade Civil: Ensaio Históricos*. Jundiaí-SP: Paco Editorial, 2013.

PAULA, Itamar de. *Itamar de Paula*: depoimento [out. 2011]. Entrevistador: Flaviano José Rodrigues Silva. Itumbiara: Sede do NAPCI, 2011. Entrevista concedida ao projeto de pesquisa.

PENHA, Maria das Graças. Maria das Graças Penha: depoimento [jul. 2015]. Entrevistador: Flaviano José Rodrigues Silva. Itumbiara. Casa da entrevistada. Entrevista concedida à pesquisa.

PLANO DIRETOR DE REFORMA DO APARELHO DO ESTADO – PDRAE. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/publi_04/COLECAO/PLANDI.HTM.17/10/2011

PORTELLI, Alessandro. O Que Faz a História Oral Diferente. Revista *Projeto História*, nº 14. São Paulo, fevereiro de 1997.

PORTELLI, Alessandro. A Filosofia e os Fatos. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. *Tempo*, Rio de Janeiro, n.2, p. 8-9, dez./1996. Disponível em: http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg2-3.pdf. Acesso em: jun. 2016.

PORTELLI, Alessandro. Memória e diálogo: desafios da história oral para a ideologia do século XXI. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e outros (orgs.). *História Oral: Desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Fiocruz/FGV, 2000.

REVISTA CONTEMPORÂNEA. Itumbiara-GO: Editora, ano I.

REVISTA MAIS SAÚDE. Itumbiara-GO, setembro de 2009. Ano II. Nº 14. Não paginada.

RIBEIRO, Sheila Maria Reis. Reforma de Estado no Brasil: uma comparação entre as propostas dos anos 60 e 90. In: <http://unpanl.un.org/intradoc/groups/public/documents/CLAD/clad0043326.pdf>. Acessado em 13/08/2011.

RODRIGUES. Noeli. ONGs: A sociedade civil e o papel do Estado. Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/semanacsoc/pages/arquivos/GT%208/A%20Sociedade%20Civil%20e%20o%20Estado.pdf>> Acesso em: abril.2016.

SCHEFFER. Graziela Machado. O Serviço Social nas ONGs no Campo da Saúde: projetos societários em disputa. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282010000200005>. Acesso em: abril.2016.

SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍTICAS DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE. Secretaria Estadual de Saúde de Goiás. Disponível em: Secretaria Municipal de Saúde de Itumbiara.

THOMPSON. E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zarrar, 1981.

TOLEDO, Maria de Carmélia. Maria Carmélia de Toledo: depoimento [jun. 2016]. Entrevistador: Flaviano José Rodrigues Silva. Itumbiara. Casa da entrevistada. Entrevista concedida à pesquisa.

VIEIRA, Evaldo. Estado e política social na década de 90. In: NOGUEIRA, F. M. G. (org.). *Estado e Políticas Sociais no Brasil*. Cascavel - PR: EDUNIOESTE, 2001.